

Licenciados em sociologia e mercado de trabalho na transição do milénio

Carlos Manuel Gonçalves, Cristina Parente e Luísa Veloso¹

Resumo:

Reflectir actualmente sobre a sociologia em Portugal passa obrigatoriamente por se ter conta, entre outros aspectos, os ritmos, os modos e as condições de acesso e permanência no mercado de trabalho por parte dos que obtiveram o título universitário de licenciado na disciplina. Propomo-nos, no presente artigo, contribuir para essa reflexão, a partir da análise dos processos de transição ao trabalho de licenciados em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Assumindo um confronto comparativo com um estudo anterior dos autores sobre o mesmo tema, procurar-se-á analisar, de modo fino, como se tem construído a profissionalidade desses licenciados, em especial dos que assumem a profissão de sociólogo.

Palavras-chave: Sociólogos, sociologia, transição ao trabalho, emprego

Observando o passado recente, concluímos que a questão do acesso ao emprego pelos diplomados do ensino universitário, em particular, e dos jovens, em geral - ou usando outras expressões como as da inserção profissional ou da entrada na vida activa ou da transição ao trabalho - permanece como relevante nos discursos reflexivos sobre o emprego, o ensino e os jovens. Sejam discursos do domínio das ciências sociais, das diversas entidades governativas ou mesmo das próprias instâncias que pretendem representar no campo político os jovens, eles acabam por ter no destaque da heterogeneidade dos actuais processos de acesso ao emprego, da incomparabilidade entre estes processos e os que marcaram a entrada no mercado de trabalho da geração do *baby-boom*, da maior ou menor influência da natureza da formação universitária e do valor do respectivo título académico na empregabilidade dos seus detentores, da eleição dos jovens como categoria social objecto privilegiado da flexibilidade e das

¹ Os autores são docentes do Departamento de Sociologia e investigadores do Instituto de Sociologia - cmgyes@letras.up.pt; cparente@letras.up.pt; mveloso@letras.up.pt. Agradecem o trabalho de apoio à investigação por parte da mestre em Sociologia Luísa Pinheiro.

contínuas formas de precariedade laboral e social por parte dos empregadores, pontos de convergência, muitas vezes meramente factuais. Tal é crucial para se manter a pertinência da abordagem do tema, situando-o no contexto mais global das profundas mutações que, na actualidade, são patentes nos mercados de trabalho, em particular ao nível da União Europeia².

No sentido do que acabámos de indicar, o artigo que aqui apresentamos tem por objectivo primeiro a análise dos ritmos, modos e condições de acesso e de permanência inicial dos licenciados em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) no mercado de trabalho, no quadro mais amplo dos respectivos processos de transição ao trabalho. Análise que vem na continuidade de um outro texto publicado pelos mesmos autores nesta revista, *Sociologia – Faculdade de Letras do Porto* (Gonçalves, Parente, Veloso, 2001) e que retoma, nos mesmos termos, a problemática teórica já traçada³. Elegemos como objecto de reflexo, no plano empírico, os resultados de um inquérito por questionário aos 166 licenciados que saíram da instituição escolar entre os anos lectivos de 1997/98 e 2001/02⁴. A sua administração por via postal ocorreu entre Março e Maio de 2003, no quadro mais global do processo de auto-avaliação da licenciatura, tendo sido recepcionados 89 inquéritos válidos (uma taxa de resposta de 53,6%)⁵. De modo a constituir-se uma base de dados temporalmente extensa, e igualmente na medida em que já tinha demonstrado a sua eficácia técnica, o instrumento de recolha e tratamento da informação é idêntico ao utilizado no estudo anterior, assumindo uma natureza retrospectiva e longitudinal⁶.

² Encontramos um exemplo que vem corroborar o que acabámos de expressar no projecto *Comparative Analysis of Transitions from Education to Work in Europe* (Catewe) em que participam organismos de investigação científica e vocacionados para o tratamento estatal das questões dos jovens. Os relatórios deste projecto estão disponíveis em www.catewe.com

³ No presente artigo mantemos as opções teóricas e metodológicas expressas no de 2001. Assim iremos quando necessário remeter os leitores para as considerações já avançadas, de modo a evitarmos uma supérflua redundância.

⁴ O estudo anterior abrangeu os licenciados em Sociologia pela FLUP titulados entre 1988/89 e 1996/97, num total 135 indivíduos (Gonçalves, Parente, Veloso, 2001).

⁵ É por demais sabido que os inquéritos por questionário encaminhados por via postal apresentam aspectos problemáticos no plano metodológico. Desde logo, a não existência de uma base de endereços dos licenciados actualizada e exhaustiva, por outro a própria inércia ou desinteresse por parte destes para responderem a mais um inquérito que, pela natureza das informações biográficas e opiniões que se pretendem obter, remete sempre para um esforço acrescido de reflexão retrospectiva. Não obstante isto, a taxa de resposta é fortemente satisfatória, o que já aconteceu no estudo anterior: 59,0% (Gonçalves, Parente, Veloso, 2001). Facto em si que poderá indicar a disponibilidade, em particular dos licenciados mais jovens, em participar em investigações deste cariz. A dimensão limitada da população estudada conjugada com a dispersão que assumem algumas das respectivas variáveis caracterizadoras foi impeditiva de um aprofundamento analítico.

⁶ Mais especificamente, o inquérito por questionário foi segmentado em diferentes grupos temáticos: trajectória académica; actividades laborais e de formação profissional desenvolvidas nos

1. Situação sócio-ocupacional em Maio de 2003

Iniciamos a nossa análise pelos posicionamentos ocupados pelos licenciados no mercado de trabalho à data de aplicação do inquérito (Maio de 2003).

Uma parcela robusta da totalidade dos inquiridos estava empregada (80,9%), subsistindo um volume não displicente de desempregados (9,0%)⁷. A quase totalidade dos desempregados vivia uma situação de desemprego de inserção⁸ - nunca tiveram emprego - e terminaram a licenciatura entre 1998/99 e 2001/02. A não inserção profissional efectiva é ainda maior se tivermos em conta os que se encontravam em prosseguimento de estudos ou em formação profissional, sabendo-se como entre nós esta última tem funcionado recorrentemente, como momento de estacionamento conjuntural dos jovens saídos do ensino universitário e que não encontram emprego. Por outro lado, um número limitado de licenciados apresentava outras condições perante o trabalho: a frequentar formação profissional (5,6%); estudante (2,2%); reformado (2,2%).

Para a inserção dos jovens na vida activa e o seu futuro profissional, na qualidade de debutantes, contribuem, em especial, os seguintes três factores (Dubois, Vourch, 2002): evolução do mercado de trabalho quanto à estrutura do emprego, ao volume de desemprego, à natureza das funções, às características das organizações que recrutam, à relação entre a oferta e a procura do emprego para os debutantes; natureza da formação académica e do título obtido; características escolares e sociais dos candidatos aos empregos. No caso específico do nosso estudo, não possuímos suficiente informação para uma análise detalhada de cada um dos factores apontados para o período de 1998 e 2003 (abrange as diferentes graduações de licenciados, objecto do presente estudo); por agora, iremos considerar unicamente alguns elementos de enquadramento sobre o primeiro factor, deixando para o ponto 2 deste artigo o posicionamento dos dois restantes.

últimos anos de frequência da licenciatura; duas primeiras situações de emprego após a conclusão da licenciatura e a existente à data de aplicação do inquérito; trajectória académica e formativa já na condição de licenciado; avaliação da formação académica; relação com a profissão de sociólogo. Pretendeu-se recolher um conjunto amplo e plural de dados que permitisse a obtenção de uma leitura da complexidade e da diversidade que assume, na actualidade, a transição profissional.

⁷ A análise do volume do emprego e do desemprego terá de ser sempre complementada com o facto de estarmos perante um conjunto limitado de sujeitos que anualmente obtêm o seu título académico. O número de licenciados em Sociologia pela FLUP, no período que vimos analisando, foi o seguinte: 1997/98, 18; 1998/99, 20; 1999/00, 14; 2000/01, 17; 2001/02, 20. Assim, existe uma limitada pressão de ingresso na população empregada.

⁸ Do total de desempregados que ascende a 8, 87,5% nunca encontraram emprego após a conclusão da licenciatura.

O mercado de trabalho no nosso país caracterizou-se entre 1998 e 2000, segundo o Inquérito ao Emprego do Instituto Nacional de Estatística, por uma redução da taxa global de desemprego (de 5,0% para 3,9%) para nos anos seguintes apresentar uma notória subida (em 2003 esta taxa era de 6,4%). Idêntico perfil de desenvolvimento verificou-se para o desemprego no escalão etário dos 15 aos 24 anos⁹ (a respectiva taxa era de 10,3% em 1998 e de 14,6% após cinco anos). Se atendermos, por outro lado, ao desemprego registado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, observa-se que o volume de desempregados com um título académico de nível superior inscritos nos centros de emprego aumentou substancialmente ao longo dos últimos anos, passando de 22.555, em 2001 para 39.212, em 2003. A conjugação entre a desaceleração da actividade económica verificada e as restrições financeiras por parte do Estado alimentam este novo ciclo ascensional do desemprego. Sabendo-se da importância que os organismos estatais têm na criação e manutenção de empregos para os licenciados em sociologia¹⁰, a quebra dos financiamentos estatais, por exemplo quanto à investigação científica e às políticas sociais activas, conduziu provavelmente a uma redução da oferta de empregos para os licenciados em sociologia. Importa, todavia, relativizar a situação apontada; ela não é particular aos sociólogos, verifica-se também em outros profissionais titulados pelo ensino universitário.

A situação de desemprego acima apontada reflecte provavelmente o contexto de contracção global do emprego que se vem vivendo no país desde 2001. Os dados compulsados sobre a evolução do desemprego poderão deixar antever que a procura de emprego por parte de algumas das graduações de licenciados em Sociologia da FLUP - as mais recentes como veremos em outro momento deste texto - tem sido mais difícil.

Em complemento do enunciado sobre o desemprego, consideramos pertinente introduzir na nossa reflexão, unicamente em jeito de nota, que no decurso da última década se tem vindo a reconfigurar a oferta institucional do ensino universitário da sociologia no nosso país. Em 1990/91 existiam oito licenciaturas, todas no sistema público de ensino, passando para dezasseis em 2003/04, das quais onze são públicas. Embora mais tardiamente do que aconteceu em outras áreas científicas, mas com uma tendência idêntica, a sociologia expandiu-se pela incorporação de novas licenciaturas, sediadas no sector

⁹ Onde se incluem maioritariamente os licenciados em sociologia.

¹⁰ Neste sentido vão os resultados obtidos no estudo anterior – em Setembro de 1998, 45,0% dos inquiridos trabalhavam na administração pública (Gonçalves, Parente, Veloso, 2001); como abordaremos páginas à frente, em Maio de 2003 o peso era quase idêntico, 45,1% - e os de Machado (1996) e da Associação Portuguesa de Sociologia (2004).

não-público, e diversificou-se em termos de implementação geográfica, deixando de estar confinada a alguns dos grandes centros urbanos do litoral. Em 2002/03 estavam inscritos nas licenciaturas cerca de 4.000 alunos¹¹, número que deve estar sub-avaliado. Por outro lado, entre 1996/97 e 2001/02 obtiveram a licenciatura em sociologia 2.606 indivíduos¹². Tal reconfiguração da oferta do ensino universitário tem induzido um aumento do contingente anual de licenciados e, conseqüentemente, a ampliação do volume daqueles que procuram emprego, particularmente na qualidade de sociólogos. Aspecto que, embora não seja possível de dar conta detalhadamente no presente artigo, deve estar presente na análise das dinâmicas do emprego e desemprego em que se inserem os licenciados em sociologia.

O emprego em que os licenciados se encontravam em Maio de 2003 foi obtido maioritariamente por via dos anúncios e concursos (Quadro 1). Numa observação de conjunto, os meios formais, que exigem um relacionamento ritualizado e institucionalizado com empregadores – anúncios e concursos, após estágio - ou com mediadores para o emprego - centros de emprego, empresas de trabalho temporário e instituições de formação profissional - foram accionados, e concretizados com sucesso, por 46,1% dos inquiridos. Valor significativo de uma formalização dos processos de acesso ao emprego, ao qual teremos de agregar o conjunto daqueles que tomaram marcadamente uma postura pró-activa face ao mercado de trabalho, por intermédio da sua auto-proposta (10,8%).

Quadro 1
Meios de acesso ao emprego actual (%)

Auto-proposta	10,8
Anúncios e concursos	28,4
Inscrição no Centro de Emprego ou Empresas de Trabalho Temporário	6,8
Familiares e amigos	16,2
Colegas e docentes do curso	13,5
Colocação por Instituições de formação profissional	5,4
Na sequência de um estágio	14,9
Outros	4,1
Total	100,0

(n= 74)

¹¹ Cf. Ministério da Ciência e do Ensino Superior – Observatório da Ciência e do Ensino Superior, www3.oces.mes.pt. Número aquele que deve estar sub-valorizado, pois não existem dados para algumas das licenciaturas.

¹² Ibidem.

Por sua vez, a importância dos meios informais - os colegas e docentes do curso, familiares e amigos - é igualmente de relevar (24,7%). A informalidade é genericamente idêntica à detectada no estudo anterior (Gonçalves, Parente, Veloso, 2001: 60) e em outras análises sobre a inserção laboral dos diplomados no ensino superior (Alves, 1998; Arroiteia, Martins, 1998; Inofor, 2000; Alves, 2000; Odes, 2001; Marques, 2002; Sousa, 2003). Para além do accionamento dos meios informais ser uma prática recorrente nos mecanismos de mobilização da mão-de-obra no nosso país - prática assente e que maximiza o volume de capital social dos candidatos a um emprego - para os inquiridos a sua funcionalidade é reforçada por um aspecto contingencial: a existência, por ano lectivo, de um grupo restrito de sujeitos que se licenciam em sociologia pela FLUP o que induz, tendencialmente, a uma maior densificação das redes de interconhecimento e de entreaajuda, quer entre pares quer entre estes e os docentes da própria licenciatura.

Uma parcela dos inquiridos (16,2%) ocupava um emprego que tinha sido subsidiado por intermédio de programas específicos de inserção na vida activa. Empregos que expressam a intervenção do Estado no funcionamento do mercado de trabalho, no âmbito de políticas sociais activas que visam principalmente obter uma maior empregabilidade dos diplomados pelo ensino superior. Por outro lado, é manifestamente reconhecido pelos inquiridos (85,8%) que o facto de serem licenciados em sociologia teve importância para o acesso ao emprego que detêm actualmente. Dado este que, quando conjugado com outros que iremos explicitar ao longo do texto, nos permite ter uma ideia valorizante da formação universitária em sociologia como qualificativa para o emprego.

A esmagadora maioria dos inquiridos exerce a sua profissão como assalariados (73,3%), sendo os restantes trabalhadores por conta própria. Em termos de profissão principal, destacam-se os sociólogos, surgindo a segunda profissão desempenhada, técnicos de formação profissional, com um valor bastante afastado (Quadro 2). Unicamente 8,1% dos licenciados se encontram em profissões - pessoal administrativo e pessoal dos serviços - caracterizadas por menores recursos qualificacionais, organizacionais, remuneratórios e de prestígio social. Comparativamente aos licenciados analisados no anterior estudo, é patente, de modo mais expressivo, por exemplo um acréscimo relativo de sociólogos - de 36,4% para 50,0% - e uma diminuição dos docentes do ensino superior - de 15,5% para 4,1%. Isto é igualmente patente para o primeiro emprego regular após a conclusão da licenciatura, como veremos mais à frente. A mudança que observamos na estrutura profissional traduz, no fun-

damental, a redução do volume de lugares de docentes no ensino superior, na medida em que se foi extinguindo a mobilização de licenciados para este papel profissional, quer por se ter atingido o limite das necessidades de contratação, quer por insuficiência financeira para o pagamento de salários. Deste modo, a profissionalização dos sociólogos passa, na actualidade, por outros papéis e outras organizações, públicas ou privadas, em que as tarefas múltiplas da intervenção sociológica fundamentada ganham destaque acrescido, devendo ser também tomado como um sinal explícito do aumento e diversificação das procuras sociais dos conhecimentos sociológicos. Dados mais recentes referenciados aos associados da Associação Portuguesa de Sociologia mostram precisamente esta tendência pesada da profissionalização ¹³.

Quadro 2
Profissão, posição hierárquica e vínculo contratual do emprego actual (%)

Profissão principal	
Directores de Empresas e Quadros Superiores da Administração Pública	1,4
Docentes do Ensino Superior	4,1
Docentes do Ensino Básico e Secundário	4,1
Técnicos de Formação Profissional	12,2
Técnicos de Recursos Humanos	9,5
Sociólogos	50,0
Outros Especialistas das Profissões Científicas e Técnicas	6,8
Profissionais Intermédios de Administração e Gestão	1,4
Pessoal Administrativo	5,4
Pessoal dos Serviços	2,7
Total	100,0
Posição hierárquica	
Gestor ou Director	8,5
Quadro Superior	42,3
Quadro Médio	15,5
Chefia Intermédia	2,8
Profissional Qualificado	31,0
Total	100,0
Vínculo contratual	
Contrato sem termo	25,7
Contrato a termo certo	41,9
Prestação de serviços	27,1
Sem contrato	1,4
Outra situação	4,1
Total	100,0

(n= 74)

¹³ Ver APS (2004) e igualmente o estudo de Machado (1996).

Quando considerada a posição hierárquica, vemos que a maioria dos licenciados se situa ao nível de quadro superior, o que decorre, em parte, da estrutura profissional já indicada. Por outro lado, a precariedade contratual tem um forte peso. É uma população com diferentes formas de precariedade contratual e, conseqüentemente, diferentes situações de risco e de incerteza face ao seu futuro profissional. Em termos de grandeza relativa, tal situação é semelhante à detectada no estudo dos licenciados em Sociologia em Setembro de 1998 (Gonçalves, Parente, Veloso, 2001: 62).

Recorrentemente os estudos sobre os jovens, em particular os diplomados, colocam a ênfase no facto das trajectórias de inserção profissionais apresentarem como um dos traços salientes, a precariedade contratual, a par de outros como, por exemplo, o alongamento do tempo de espera do primeiro emprego, a complexificação e diversidade dos percursos profissionais, em termos de origem social dos jovens e do género, a relevância da natureza da formação académica para uma maior ou menor empregabilidade (Odes, 2001; Marques, 2002; Sousa, 2003; Lefresne, 2003). Na actualidade, os jovens assentam uma parcela importante da sua trajectória profissional nos contratos a termo certo e nos contratos de prestação de serviços ou mesmo no trabalho clandestino. Formas assumidas pelos denominados empregos flexíveis, que são na verdade intrinsecamente precários. Nos discursos dominantes sobre a economia e as empresas são consideradas não como excepções, mas como formas de gestão da mão-de-obra necessárias à dinâmica económica, à competitividade e, por isso, não passíveis de questionamento social. Jovens que são um dos segmentos do mercado de trabalho fortemente abrangido pelas diversas formas de precariedade contratual. Precariedade que é um meio importante de flexibilização quantitativa do emprego, na medida em que permite ajustamentos, no sentido de contenção dos recursos financeiros mobilizados, quanto ao volume da mão-de-obra e respectivos custos e tempo de trabalho, e é defendida e justificada pelas novas lógicas do espírito capitalista (Boltanski, Chiapello, 1999).

Observando especificamente a entrada dos jovens na vida activa, Grelet e Mansuy (2004) apontam para que se passe de uma análise simples da precariedade, unicamente alicerçada na natureza do contrato de trabalho, para uma outra que dê conta de outros indicadores sobre a situação de emprego, como por exemplo o maior ou menor risco de despedimento por redução do volume de trabalhadores ou falência da empresa, o trabalho a tempo parcial, o montante do salário e as lógicas de recrutamento, mobilização e uso da mão-de-obra por parte dos empregadores. Assim, passa a ser importante no equacio-

namento da precariedade a trajectória profissional global dos debutantes. Traduzindo em parte uma atitude por parte dos investigadores no sentido de um acréscimo da capacidade de observação das mutações rápidas no mundo do trabalho, nem sempre captáveis pelo instrumental teórico-metodológico existente, a renovação do conceito de precariedade é marcada pela ampliação das dimensões nele incluídas. Para Paugam (2000) a precariedade remete para duas dimensões: a insatisfação no trabalho e a instabilidade no emprego. Em termos de precariedade do emprego, o assalariado tem um futuro laboral incerto, pois está vinculado por um contrato a tempo determinado ou então o seu emprego poderá estar em causa por um despedimento colectivo. Já quando o assalariado tem um trabalho em que o salário é baixo, sem interesse para ele e em que o seu envolvimento não é reconhecido na empresa, então o autor qualifica como uma situação de precariedade do trabalho. Precariedade do emprego e do trabalho podem acumular-se, em determinadas situações de grande fragilidade no mercado de trabalho, não deixando de isoladamente serem fontes primeiras de insegurança e de sofrimento. Estudos recentes no âmbito da psicologia, da medicina e da sociologia chamam precisamente a atenção para a associação que existe entre precariedade laboral, individualismo, insegurança, sofrimento e crise identitária (Pinto, 2000; Torrente, 2004; Davezies, 2004; Dubar, 2004).

Face ao vínculo contratual da prestação de serviços e correlativamente à categoria dos trabalhadores por conta própria, reiteramos o já indicado anteriormente (Gonçalves, Parente, Veloso, 2001: 53): um dos elementos de flexibilização quantitativa do emprego em Portugal tem passado pela incorporação naquele vínculo de sujeitos com ocupações que, no passado recente, se englobavam na figura jurídica de trabalhadores por conta de outrem. O principal vector que tem induzido à expansão do trabalho independente encontra-se nas estratégias de gestão de mão-de-obra por parte das organizações, públicas e privadas, de externalizar o trabalho, de modo a reduzir os custos salariais e a potenciar um ajustamento mais eficaz entre o volume da produção de bens e serviços e o volume e as qualificações da mão-de-obra necessária.

Do total dos inquiridos que se encontram em regime de prestação de serviço (70,0%), uma parte pode ser considerada como falsos independentes ou assalariados ocultos¹⁴. São sujeitos que executam funções, cumprem horários

¹⁴ Para determinarmos a categoria de falsos independentes, efectuámos o cruzamento entre as seguintes variáveis: a situação na profissão; a profissão; a função desempenhada; o vínculo contratual.

de trabalho, têm objectivos a cumprir e reportam a uma cadeia hierárquica previamente definida em tudo idênticos aos assalariados, só que têm perante a organização, pública ou privada, em que estão inseridos uma relação jurídica baseada num contrato de prestação de serviços. É uma forma atípica, ilegal no plano do quadro normativo do direito do trabalho, praticada recorrentemente, por privados e pelo próprio Estado, e indutora de uma forte insegurança e risco para os trabalhadores nessa situação.

O quadro abaixo apresenta os resultados de um exercício caracterizador do trabalho precário dos licenciados. Para o contrato a termo certo, a profissão com o valor modal é a de sociólogo, seguida por duas actividades ligadas ao funcionamento das organizações - técnicos de formação profissional e de recursos humanos. Quanto ao assalariamento oculto, a situação é genericamente idêntica.

Quadro 3
Profissão e tipo de organização dos inquiridos em situação laboral precária no emprego actual (%)

	Contrato a termo certo	Assalariamento oculto
Profissão principal		
Directores de Empresas e Quadros Superiores da Administração Pública	-	7,1
Docentes do Ensino Superior	7,1	7,1
Docentes do Ensino Básico e Secundário	7,1	-
Técnicos de Formação Profissional	10,7	14,3
Técnicos de Recursos Humanos	10,7	-
Sociólogos	53,6	57,2
Outros Especialistas das Profissões Científicas e Técnicas	7,1	14,3
Pessoal dos Serviços	3,6	-
Total	100,0 (n= 28)	100,0 (n= 14)
Tipo de organização		
Universidade Pública	6,2	25,0
Ensino Secundário, Profissional e Básico	-	12,5
Centros de Investigação	6,2	12,5
Empresas Industriais e de Serviços	25,0	12,5
Administração Regional	6,2	-
Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	12,6	12,5
Instituições Particulares de Solidariedade Social	12,5	-
Associações de Desenvolvimento	6,3	12,5
Outras	25,0	12,5
Total	100,0 (n= 16)	100,0 (n= 8)

Na localização sectorial do emprego dos licenciados (Quadro 4), a Administração Pública, a Educação, e mais distanciada a Saúde e Acção Social, são os espaços laborativos mais expressivos quantitativamente, o que

vem em consonância com o facto de cerca de 50% desses licenciados estarem em organizações com mais de 100 trabalhadores. Por sua vez, se atendermos ao tipo de organização, vemos a importância relativa das empresas industriais e de serviços e da Administração Central, Regional e Local¹⁵, das Instituições Particulares de Solidariedade Social e da Universidade Pública. Face ao estudo anterior, mantem-se a diversidade de organizações empregadoras dos licenciados, o que poderá ser relevado precisamente como indicador da capacidade de penetração dos licenciados no mercado de trabalho, sem obviamente se excluir ter sido a dinâmica do mercado de trabalho, através de uma mais ampla procura dos conhecimentos teórico-metodológicos e das competências dos sociólogos a contribuir para a diversidade apontada (Gonçalves, Parente, Veloso, 2001: 67). Num balanço necessariamente aproximativo, podemos apontar para dois aspectos: docência e intervenção sociológica fundamentada (sector público e privado) emergem como amplas áreas de actuação profissional dos licenciados; o Estado aparece como o principal empregador – 45,4% do total dos inquiridos.

Quadro 4
Sector de actividade, tipo e dimensão das organizações do emprego actual (%)

Sector de actividade	
Indústrias Transformadoras	5,9
Comércio, Restauração, Transportes, Correios e Telecomunicações	7,8
Intermediação Financeira e Seguros	4,0
Investigação e Desenvolvimento	7,8
Administração Pública	27,5
Educação	23,5
Saúde e Acção Social	11,8
Outras Actividades de Serviços	11,7
Total	100,0
(n= 51)	
Tipo de organização	
Universidade Pública	10,7
Universidade Privada	1,3
Politécnico Público	1,3
Ensino Secundário, Profissional e Básico	4,0
Centros de Investigação	4,0
Empresas Industriais e de Serviços	26,7
Administração Central	4,0
Administração Regional	1,3
Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	20,1
Instituições Particulares de Solidariedade Social	13,3
Outras	13,3
Total	100,0
(n= 75)	

¹⁵ A actividade dos licenciados no poder local, que se tem vindo a expandir em termos quantitativos e em áreas de intervenção, encontra-se documentada em Banha (1999).

Quadro 4 (cont.)
Sector de actividade, tipo e dimensão das organizações do emprego actual (%)

Dimensão da organização	
menos de 20 trabalhadores	26,2
20 a 99 trabalhadores	26,2
100 a 199 trabalhadores	13,1
200 a 499 trabalhadores	13,1
500 e mais	21,4
Total	100,0
(n= 61)	

Se se analisarem as áreas de actuação profissional dos inquiridos, destaca-se o peso dos "Programas e projectos de intervenção social" e da "Gestão de recursos humanos e da formação profissional", que totalizam em conjunto 47,8% dos licenciados. Numa posição distanciada estão as da "Docência" e "Investigação científica". Dados que vêm na continuidade da caracterização profissional equacionada acima.

Quadro 5
Áreas de actuação profissional

Desenvolvimento e intervenção local e regional	4,3
Administrativas e comerciais	7,2
Gestão de recursos humanos e da formação profissional	21,7
Programas e projectos de intervenção social	26,1
Investigação científica	11,6
Docência	14,5
Orientação sócio-profissional	2,9
Direcção	4,3
Sondagens e estudos de mercado	2,9
Animação cultural	1,4
Consultoria	2,9
Total	100,0

(n=69)

As quatro áreas de actuação profissional apontadas correspondem a desempenhos profissionais com características próprias desenvolvidos em determinadas organizações, que passaremos a indicar por ordem de importância relativa.

Uma primeira constituída pelos programas e projectos de intervenção social, em que os sujeitos desenvolvem tarefas nos domínios do diagnóstico, planeamento (estratégico e operacional), coordenação e avaliação de programas e projectos de luta contra a pobreza e exclusão social, de reinserção social. Acrescem, ainda, quer as de monitorização dos programas e projectos, quer de apoio social e atendimento dos utentes das organizações. Tratam-se

de tarefas exercidas no âmbito de Câmaras Municipais e em Instituições Privadas de Solidariedade Social. Uma segunda área que abrange a gestão dos recursos humanos e da formação profissional, em que os licenciados, integrados em empresas industriais e de serviços, desenvolvem tarefas, de índole técnica e operativa, tais como: concepção e implementação de instrumentos de gestão (manuais de acolhimento, análise, descrição e avaliação de funções, entre outros); construção de instrumentos de diagnóstico, análise da informação e elaboração de relatórios para fundamentação das políticas e práticas de gestão; concepção, coordenação e avaliação da formação profissional; projectos de intervenção nos domínios do clima social, da cultura da empresa e da satisfação e motivação no trabalho. A docência – terceira área de actuação - onde se integram as funções de professor e de formador, é exercida fundamentalmente em instituições de ensino superior, particularmente públicas¹⁶. A quarta área é a investigação científica, em que os licenciados trabalham em universidades públicas ou em centros de investigação, onde participam em diversas tarefas inerentes à pesquisa (mais e menos qualificadas, operacionais e teóricas): problematização teórica, concepção e aplicação de instrumentos de recolha da informação, análise da informação e produção de relatórios.

Em síntese, os dados apresentados apontam para a predominância de um perfil profissional particularmente orientado para a intervenção sociológica fundamentada, em diferentes contextos organizacionais e áreas de actuação. Não deixa contudo de continuar a assumir importância os licenciados que fazem da docência, em especial no ensino superior, e da investigação científica as suas actividades profissionais.

A esmagadora maioria dos nossos inquiridos considera que a sua formação académica em sociologia era compatível com a função desempenhada (Quadro 6). Das razões apresentadas, destaca-se nitidamente a que vinca que os conhecimentos sociológicos e relacionais são necessários à execução da função (80,9%)¹⁷. Podemos dizer, assumindo as cautelas decorrentes de não se ter feito um estudo mais circunstanciado, que os empregos ocupados por aqueles que responderam pela existência de uma compatibilidade são contextos de trabalho qualificativos e provavelmente geradores de uma identidade sócio-

¹⁶ Para o ensino superior, estamos perante docentes-investigadores.

¹⁷ Tenha-se presente, no plano teórico-metodológico, que são os inquiridos que avaliam a existência ou não de compatibilidade entre a sua formação académica e as funções que desempenham, o que nos remete para o plano das representações sociais. Ora, essa avaliação será influenciada, entre outros aspectos, pela concepção que os inquiridos têm sobre a sociologia, em termos de ciência e de profissão.

profissional filiada na sociologia, porque induzem o uso dos conhecimentos sociológicos. Unicamente as funções incluídas na área de actuação administrativa e comercial se afasta mais do perfil profissional tipo de sociólogo.

Quadro 6
Razões apontadas sobre a compatibilidade entre a formação académica e a função desempenhada no emprego actual (%)

Sim, conhecimentos sociológicos e relacionais necessários para a execução da função	80,9
Sim, fornecimento de instrumentos para actuação na área da gestão dos recursos humanos	6,4
Não, os conhecimentos académicos são insuficientes	2,1
Não, formação académica diferente do conteúdo da função	10,6
Total	100,0

(n= 47)

Discutir aquela questão da compatibilidade conduz-nos forçosamente a um problema mais amplo: o das articulações entre a formação universitária e a actividade profissional. Já referimos que, na actualidade, não se pode conceber essas articulações baseadas num raciocínio simples, que estabeleça uma relação directa e unívoca entre as duas posições - a reflexão sobre as mesmas deve ter em conta, entre outras dimensões, a complexificação da divisão de trabalho nas organizações, a crescente utilização de diversos especialistas, os modos como se aplicam e desenvolvem os conhecimentos científicos nessas organizações, o grau de modernização tecnológica e organizacional das empresas, os objectivos, os conteúdos e as condições que enformam a formação académica, os tipos de perfis de licenciados produzidos pelo sistema de ensino, as estratégias de fechamento do mercado dos serviços profissionais por parte das instâncias de representação política das profissões (Gonçalves, Parente, Veloso, 2001: 59).

2. O primeiro emprego: ritmos e formas de acesso

Para a análise sociológica da entrada dos jovens na vida activa, retomamos globalmente as considerações avançadas no nosso estudo anterior sobre os licenciados em sociologia (Gonçalves, Parente, Veloso, 2001).

Em primeiro lugar, optamos pelo conceito de transição ao trabalho avançado por J. Rose (1984, 1996 e 1999). É um conceito sistémico e multidimensional que, de modo globalizante, possibilita observar a entrada na vida

profissional, referida a jovens ou não, como um fenómeno socialmente organizado e estruturado em que participam, de modo decisivo, diversos agentes – Estado e empregadores principalmente – que determinam as formas de mobilização, de uso, de manutenção e de renovação da mão-de-obra. Fenómeno marcado pela complexidade e em que estas formas organizam a transição profissional constringindo o funcionamento do mercado de trabalho, em especial para os mais jovens.

Consideramos a transição profissional como um processo que é socialmente construído, o que conduz, no plano da modelação teórico-metodológica enformadora da pesquisa empírica, à valorização das dinâmicas de funcionamento do mercado de trabalho, das estratégias empresariais face aos recursos humanos, das políticas estatais face ao emprego juvenil e à educação, das expectativas, recursos e atitudes dos próprios diplomados. Não temos do acesso ao emprego uma visão assente unicamente numa dimensão estrutural enformadora do mercado de trabalho, mas sim mais abrangente incluindo as plurais dimensões da vida social. Ao longo do trabalho de investigação da equipa, analisámos, ainda que de modo indirecto, algumas das dimensões constitutivas do conceito de transição, como por exemplo as políticas de recrutamento dos empregadores ou os programas estatais de mobilização dos licenciados em sociologia.

A conceptualização em termos de transição ao trabalho de J. Rose pode ser interpretada como uma alternativa à noção de inserção. É profusa a discussão, no campo das ciências sociais, que não iremos aqui abordar, sobre o significado teórico-metodológico desta noção, salientando-se, no entanto, os contributos, diferenciados entre si, de Vernières (1997), Vincens (1997 e 1998)¹⁸. Análises baseadas exclusivamente numa definição objectiva, construída pelo investigador, o caso do primeiro autor, ou na conjugação entre uma definição desta natureza e a que resulta das representações, plenas de sentido e significado, expressas pelos próprios sujeitos observados, a postura do segundo, tornam as respectivas reflexões teóricas e empíricas disjuntas.

¹⁸ Para além das obras daqueles autores, encontramos em diversos textos, entre outros - Alaluf et al (1987); Nicole-Drancourt (1991 e 1994); Nicole-Drancourt, Roulleau-Berger (1995 e 2001); Charlot, Glasman (1999); Eckert, Hanchane (1997); Dubar (1994 e 1999); Giret (2000); Marques (2002); Coutrot, Dubar (1992); Grelet e Mansuy (2004); Lefresne (2003) – revisões, mais ou menos completas, da literatura sobre a emergência e desenvolvimento do objecto teórico e empírico da inserção profissional e do conceito de inserção, em termos de significados, virtualidades e limitações analíticas. Alguns destes estudos apresentam importantes resultados sobre os processos de entrada na vida activa dos jovens. Remetemos igualmente os leitores para as considerações teórico-metodológicas sobre o tema expressas no nosso texto (Gonçalves, Parente, Veloso, 2001).

No âmbito da sociologia portuguesa, nos últimos anos, realizaram-se trabalhos sobre o tema genérico da inserção profissional dos diplomados do ensino superior. Pelos resultados apresentados e pelo uso plural de desenhos metodológicos, constituem instrumentos de reflexão sobre o tema (Alves, 1998; Arroiteia, Martins, 1998; Alves, 2000; Gonçalves, 2001; Inofor, 2000; Odes, 2001; Marques, 2002; Martins et al, 2002; Sousa, 2003¹⁹).

A par da diversidade de quadros teórico-metodológicos que subsistem para a análise da entrada na vida activa dos jovens e das suas trajectórias profissionais como debutantes, têm emergido, nos últimos tempos, reflexões que colocam a tónica nas comparações internacionais (Raffe, 2001; Couppié, Mansuy, 2000; Muller, Gangl, 2003; Heinz, 1999; Lefresne, 2003)²⁰. Duas notas tornam-se relevantes: a constatação de que, no contexto europeu, os processos de entrada e as formas de permanência dos jovens nos mercados de trabalho variam consideravelmente segundo os espaços nacionais; variabilidade que, por sua vez, se vem tornando mais inteligível a partir da utilização do conceito de dispositivo nacional de inserção, que remete para as singularidades de cada país quanto às características do sistema de ensino-formação, à configuração do mercado de trabalho, às estruturas familiares dominantes e aos sistemas de segurança social (Raffe, 2001: 52). Uma das virtualidades destes estudos encontra-se, em especial, na desconstrução da ideia que transparece, em muitos discursos sobre a Europa, da existência de traços homogeneizantes em termos de mercado de trabalho e de modelos sociais ou mesmo na eleição da noção de empregabilidade como invariante face aos constrangimentos sociais, económicos e culturais de cariz nacional.

Iremos, então, analisar os modos como se desenrolou a passagem da universidade para o emprego. Para se obter uma perspectiva mais ampla, optámos por estender temporalmente a nossa observação igualmente aos dois anos que antecederam a conclusão da licenciatura, dando conta, em particular, das actividades laborais e de formação profissional desenvolvidas e, em simultâneo, das procuras efectivas de emprego.

Durante o referido período de dois anos, 27,0% dos nossos inquiridos realizaram trabalhos ocasionais, 28,1% exerceram uma profissão regular cumulativamente à frequência do curso e os restantes (44,9%) assumiram, em exclusivo, o papel de estudantes universitários.

¹⁹ Não tivemos um objectivo de exaustividade na enumeração dos trabalhos sobre a inserção dos diplomados.

²⁰ Igualmente é de consultar *Revue de l'Ires*, nº 31 de 1999 e *Revue Thématique de l'OCDE*, 2000.

A maior ou menor participação dos estudantes em trabalhos ocasionais é produto de uma conjugação, por vezes temporalmente disjunta, entre a oferta desses trabalhos pelos empregadores (nos quais se encontram empresas, organismos estatais ou simplesmente sujeitos) e a disponibilidade de estudantes para os executar. Disponibilidade que, por sua vez, é decisivamente influenciada por dimensões como: insuficiência de recursos financeiros por parte das famílias para custear a permanência dos estudantes na universidade; adopção pelo próprio estudante das actividades como experiências profissionais valorizantes, qualificativas do seu *curriculum* e, portanto, como elemento que esperam que lhes permita um acesso mais rápido e bem sucedido ao emprego quando terminada a licenciatura. Em especial esta última remete-nos para a esfera cultural quando se analisa as relações entre jovens e trabalho. Retomando o que já apontámos (Gonçalves, Parente, Veloso, 2001: 41), aspectos como, por exemplo, as concepções partilhadas pelos jovens e suas famílias de uma separação rígida entre o mundo da universidade e o do trabalho, a desvalorização social de actividades laborais não estritamente integráveis dentro dos perfis profissionais a que aspiram, a manutenção de uma situação de dependência económica face à família conduzem a posições mais descentradas e desinteressadas face à realização de actividades laborais ocasionais cumulativamente à frequência da universidade.

A par de um número ainda relevante de inquiridos com actividades ocasionais, de natureza administrativa e comercial (Quadro 7), o que ganha expressão quantitativa é a parcela dos que realizaram tarefas de apoio à investigação, regularidade já constatada no estudo anterior (Gonçalves, Parente, Veloso, 2001: 40). Este tipo de actividades, na medida em que fundamentalmente englobam a aplicação de inquéritos por questionário e entrevistas, a inserção de dados em suporte informático, pesquisas direccionadas de dados ou de fontes bibliográficas, vão de encontro, e de certo modo estão no prolongamento, dos conhecimentos teórico-metodológicos e dos saberes-fazerens ensinados aos alunos (momentaneamente elevados à categoria de ajudantes de investigação) no decurso da sua formação universitária em sociologia.

Quadro 7
Tipo de actividades ocasionais (%)

Pedagógicas	4,2
Apoio à investigação	41,7
Administrativas e comerciais	20,8
Pedagógicas e de apoio à investigação	8,3
Apoio à investigação e administrativas e comerciais	16,6
Pedagógicas e administrativas e comerciais	8,4
Total	100,0

(n= 24)

Consideramos que aquela vivência de participação na investigação científica constitui uma mais-valia de aprendizagem e um acervo de experiência laboral, que não deixarão de ser referenciados, em termos biográficos, nos processos de selecção no mercado de trabalho. Mas acresce ainda outro aspecto, que poderá ser decisivo: a inclusão dos alunos em redes sociais de interconhecimento a serem provavelmente accionadas no acesso ao emprego, o que só vem aumentar o volume do seu capital social. Naquelas redes, os docentes da própria Universidade, na qualidade de investigadores, acabam por recorrer, através de convite directo, aos alunos para tarefas esporádicas nos seus projectos de investigação (prática recorrente no sistema universitário português). Por sua vez, quando solicitados por empregadores a indicarem candidatos, recorrem eventualmente aos membros das suas anteriores equipas de investigação.

A importância dos docentes como empregadores directos ou mediadores está bem visível no quadro abaixo. Destaca-se igualmente o peso de outros meios informais - colegas, familiares, amigos - para a obtenção dos trabalhos ocasionais, o que se enquadra no carácter sazonal e irregular do funcionamento da oferta dos trabalhos ocasionais. Todavia, a informalidade que se constata não deixa de ser recorrentemente a expressão concreta da precariedade laboral a que estão sujeitos esses trabalhos, assumindo autênticos biscates ou então formas mais sedimentadas como o assalariamento oculto nos *call centers*.

Quadro 8
Meios de acesso às actividades ocasionais (%)

Resposta a anúncios/concursos	12,5
Através de conhecimentos de familiares e amigos	41,7
Através de colegas de curso	29,2
Através de colegas de outras escolas superiores	4,2
Pedido directo a empresas ou outras organizações	12,5
Por intermédio dos docentes do curso	50,0
Outro meio	20,8

(n= 24)

Diametralmente opostos aos estudantes que ocasionalmente se integram, formal ou informalmente, no mercado de trabalho temos os trabalhadores-estudantes. São maioritariamente assalariados no sector privado (empresas industriais e de serviços), ocupando, em especial, actividades laborais de serviços, administrativas ou integradas na categoria de especialistas das profissões intelectuais e científicas. Distribuem-se, de modo igual, entre o contrato sem termo e o termo certo (este representa o dobro do que foi verificado no estudo anterior), com valor ainda expressivo de sujeitos em regime de prestação de serviços.

Quadro 9
Situação profissional (%)

Situação na profissão	
Trabalhador por conta própria	12,0
Trabalhador por conta de outrem	84,0
Outra	4,0
Total	100,0
(n= 25)	
Profissão principal	
Docentes do Ensino Básico e Secundário	4,2
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio das Ciências Físicas, Químicas e Engenharia	8,3
Outros Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	20,8
Outros Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	12,6
Pessoal Administrativo	20,8
Pessoal de Serviços	25,0
Operários	8,3
Total	100,0
(n= 24)	
Estatuto jurídico da organização	
Ensino	16,0
Centros de Investigação	4,0
Administração Central, Local e Regional	24,0
Empresas Industriais e de Serviços	40,0
Outros	16,0
Total	100,0
(n= 25)	
Natureza do vínculo contratual	
Contrato sem termo	32,0
Contrato a termo certo	36,0
Prestação de serviços	24,0
Sem contrato	8,0
Total	100,0
(n= 25)	

Ainda no decorrer dos dois anos que antecederam a conclusão da licenciatura, alguns dos inquiridos participaram em cursos de formação profissional (31,5%) e em estágios profissionais (30,3%). Para aqueles que ainda não estavam inseridos regularmente no mercado de trabalho, o caso dos trabalhadores-estudantes, tais práticas, de cariz profissionalizante, demonstram um posicionamento pró-activo face à sua futura inserção laboral. Posicionamento que subsiste igualmente ao nível dos que antes do final da licenciatura procuraram um emprego regular a tempo integral ou parcial (28,1%).

À data de conclusão da licenciatura, 42,7% dos inquiridos tinham expectativas satisfatórias face ao seu futuro profissional como sociólogos. Imediatamente a seguir estavam 38,2% com expectativas pouco satisfatórias. Se, enquanto aos primeiros, estamos perante um posicionamento optimista, os últimos antevêm as dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Quando se toma por indicadores os tipos de dificuldades de acesso ao primeiro emprego (Quadro 10), observamos que ganham evidência, por um lado, as que estão directamente relacionadas com o dinamismo do mercado de trabalho - "fraca oferta de empregos para licenciados em Sociologia" -, que ganha mais expressão em contextos de rarefacção de emprego e, por outro, com ausência de atributos valorizantes de quem procura emprego - "falta de experiência profissional".

A experiência profissional incorpora-se precisamente nas características sociais dos candidatos ao emprego, as quais, recorde-se, são um dos factores que antes referimos, a par da evolução do mercado de trabalho e da natureza da formação académica e do respectivo título, que configuram a inserção dos jovens na vida activa e o seu futuro profissional enquanto debutantes. A experiência profissional pode apresentar formas e significados diferenciados para quem procura emprego - construção de uma qualificação profissional após o período de formação escolar ou operacionalização dos conhecimentos teórico-metodológicos adquiridos em competências específicas - e para os próprios empregadores - comprovação da actividade laboral dos sujeitos. A sua ausência funciona como mais um dos obstáculos à entrada na vida activa e aos processos de mobilidade no mercado de trabalho. Como se tem demonstrado, subsiste uma correlação negativa entre a antiguidade no mercado de trabalho e a taxa de desemprego dos jovens, embora não seja legítima uma generalização plena, na medida em que a experiência profissional é de natureza pro-teiforme (Lefresne, 2003).

Quadro 10
Dificuldades de acesso ao primeiro emprego (%)

Falta de experiência profissional	50,8
Excesso de licenciados em Sociologia	1,5
Desinteresse dos responsáveis pelas organizações pelas actividades dos licenciados em Sociologia	41,5
Fraca oferta de empregos para licenciados em Sociologia	73,8
(n= 65)	

Embora com um significado diferente dos restantes itens do quadro, encontra-se o "desinteresse dos responsáveis pelas organizações pelas actividades dos licenciados em Sociologia" com um expressivo peso relativo. Este é mais um dos obstáculos que se apresenta à inserção no mercado de trabalho destes licenciados e que não deve ser interpretado como resultante da ausência de recursos financeiros para se efectuar a contratação do sociólogo para a organização. O desinteresse é resultante de aspectos, como por exemplo "posturas de desconhecimento e retraimento face ao desenvolvimento científico e técnico, concepção tecnicista e utilitarista do trabalho científico, estrutura e formalização de algumas organizações que não proporcionam espaços de diálogo, de reflexão, de participação, impedindo o desenvolvimento da inovação" (Gonçalves, 1995: 256). Acresce a, por vezes repetida, ausência da dimensão social da governação pelos organismos da administração pública, que contribui igualmente para que exista uma retracção na oferta de emprego para os licenciados. Em suma, subsiste uma posição de desvalorização de outro dos factores - natureza da formação académica e do respectivo título - que contribui, como acima apontámos, para a inserção dos jovens na vida activa e o seu futuro profissional enquanto debutantes, neste caso jogando em desfavor da empregabilidade dos licenciados.

O alongamento do tempo de espera ao primeiro emprego regular por parte dos jovens constitui um indicador das suas acrescidas dificuldades na passagem à vida activa na actualidade. Encontramos, por exemplo, no estudo do Odes (2001) sobre os diplomados do ensino superior, no nosso país, dados que corroboram plenamente tal tendência, sendo, no entanto, assinaladas significativas diferenças conforme o curso²¹. A natureza temática da formação

²¹ Os trabalhos de Arroiteia e Martins (1998), Gonçalves (2001) e Marques (2003) apresentam-nos, igualmente, resultados que revelam a existência de cursos com uma maior velocidade de inserção no mercado de trabalho. Estão nesta situação algumas especialidades de engenharia e os cursos da área da saúde.

académica constitui um factor, entre outros, que contribui para maior ou menor empregabilidade dos jovens, a qual é, por sua vez, determinada pelo volume da oferta de empregos num dado momento.

O ingresso imediato tem uma débil expressão quantitativa nos nossos inquiridos (Quadro 11), destacando-se os que o fizeram no primeiro trimestre após a conclusão da licenciatura (26,7%) e no trimestre imediatamente a seguir (17,4%)²². Ao longo do tempo é patente uma diminuição do volume de desempregados, persistindo, todavia, situações reduzidas de desemprego de longa duração (13 e mais meses).

Quadro 11
Tempo de espera ao primeiro emprego por anos lectivos de conclusão da licenciatura (%)

	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	Total
Começou logo a trabalhar	-	10,0	-	-	-	2,3
1 a 3 meses	29,4	40,0	30,8	20,0	20,0	27,9
4 a 6 meses	29,4	10,0	15,4	20,0	15,0	17,4
7 a 9 meses	23,5	10,0	-	6,7	10,0	10,5
10 a 12 meses	-	-	7,7	-	-	1,2
13 e mais meses	-	20,0	7,7	-	-	5,8
Permaneceu no mesmo emprego	11,8	10,0	30,8	46,6	15,0	22,1
Nunca obteve emprego	5,9	-	7,7	6,7	20,0	8,1
Nunca obteve emprego e está em formação profissional	-	-	-	-	20,0	4,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(n= 17) (n= 20) (n= 13) (n= 15) (n= 20)

Tais resultados terão de ser necessariamente complementados, porque não se referenciam a uma coorte de ex-alunos, com os provenientes do cruzamento entre o tempo de espera com o ano lectivo de conclusão da licenciatura. Constatamos, desde logo, que os licenciados mais recentes (anos lectivos de 2000/01 e 2001/02) foram ou estão a ser mais penalizados, em termos de ingresso no mercado de trabalho, comparativamente aos restantes. A proporção daqueles que o fizeram nos primeiros seis meses é inferior, em especial quando tomamos por referência os anos lectivos iniciais do nosso período de análise. A este aspecto acresce o peso daqueles que nunca obtiveram emprego (o caso do ano de 2001/02). Dificuldades de acesso ao emprego que

²² De modo a traduzir-se completamente, em termos quantitativos, as formas de acesso ao emprego após a conclusão da licenciatura, a nossa análise abrangeu igualmente os trabalhadores-estudantes que permaneceram no mesmo emprego. Contudo, se os retirarmos, mantém-se a predominância do primeiro trimestre após a conclusão da licenciatura (34,9%) e do trimestre imediatamente a seguir (22,7%) no tempo de espera ao primeiro emprego regular.

decorrem da contracção global do emprego que se vem vivendo no país desde 2001 e que afecta expressivamente segmentos dos diplomados universitários, como sublinhámos anteriormente.

Só uma parcela dos inquiridos (35,3%) efectuaram trabalhos ocasionais durante o período em que procuraram o primeiro emprego. Mais uma vez adquire relevância o "apoio à investigação científica" (50,0%), seguido pelas "actividades administrativas e comerciais" (29,2%) e "pedagógicas" (16,7%).

Na complexidade do processo de transição ao trabalho, a entrada na vida activa, plasmada no acesso ao primeiro emprego regular, constitui um momento decisivo para os jovens licenciados, pois tende a ter repercussões na sua futura trajectória profissional (Lefresne, 2003). Quando se toma por referência o primeiro emprego, várias dimensões analíticas são importantes: meios de acesso a esse emprego; indicadores globais sobre a correspondente situação profissional; articulação entre formação académica e funções desempenhadas.

Quanto à primeira dimensão, observamos que os inquiridos se dividem em dois grupos quanto aos meios utilizados: os que se integram nas redes formais (48,2%) ou nas de natureza informal (32,2%). Embora traduzindo um significado diferenciado dos anteriores e menos incidente, justifica-se também a existência de práticas de auto-proposta e de criação do próprio emprego/empresa.

Quadro 12
Meios de acesso ao primeiro emprego (%)

Pedagógicas	4,2
Auto-proposta	7,1
Anúncios e concursos	19,6
Familiares e amigos	16,1
Colegas e docentes do curso	16,1
Inscrição no Centro de Emprego	8,9
Através de instituições de formação profissional	3,6
Após estágio	16,1
Criação do próprio emprego/empresa	3,6
Outros	8,9
Total	100,0

(n= 56)

Estamos, por conseguinte, perante um perfil de práticas de acesso ao emprego em que se destacam acções de cariz estratégico e de mobilização, com importâncias não fortemente descoincidentes, dos meios formais e informais. Resultados semelhantes encontramos nos modos como os inquiridos acederam ao emprego à data de aplicação do inquérito e no estudo anterior (Gonçalves, Parente, Veloso, 2001). Mais uma vez, constatamos a acção do Estado como indutor directo de emprego para os licenciados, através dos programas de inserção na vida activa – 26,8% dos inquiridos ocuparam um emprego que foi subsidiado. Por sua vez, a posse de uma licenciatura em sociologia foi considerado pelos inquiridos (87,3%) como tendo importância no acesso ao seu primeiro emprego. Tal aspecto já tinha sido relevado quando analisámos o emprego actual dos licenciados, vindo assim corroborar a ideia de que a formação universitária é qualificativa para o emprego.

Quanto ao primeiro emprego, a maioria dos inquiridos caracterizam-se por serem assalariados, sociólogos em termos de profissão, de ocuparem uma posição de quadro e de se encontrarem numa situação de precariedade contratual (Quadro 13). Vejamos em particular cada um destes aspectos. Apesar do forte assalariamento, subsiste um número relevante daqueles que exercem a sua profissão como trabalhadores por conta própria, ocultando muitas vezes casos de assalariamento oculto, como veremos mais à frente, enquanto o peso de empregadores é reduzido. Por outro lado, observamos que a par da importância da profissão de sociólogo, que é integrada quer por aqueles que desempenham funções de intervenção sociológica fundamentada em organizações públicas e privadas, quer por investigadores científicos, existe uma pluralidade de actividades profissionais desempenhadas pelos licenciados. Só uma parcela restrita dos papéis está fortemente deslocada face à formação universitária em sociologia, indiciando casos de sobrequalificação académica. Os resultados quanto à profissão são divergentes dos registados no nosso primeiro estudo – os sociólogos representavam 32,0% da população inquirida e existia ainda um peso maior de docentes do ensino superior e do ensino básico e secundário (Gonçalves, Parente, Veloso, 2001: 52). Já apontámos acima uma linha explicativa para isso que, recorde-se, remete para a redução da procura de docentes por parte das instituições de ensino superior, por se ter atingido o limite das necessidades de contratação ou por insuficiência financeira para o pagamento de salários.

Quadro 13
Situação perante o trabalho, profissão, posição hierárquica e vínculo
contratual do primeiro emprego (%)

Situação perante o trabalho	
Patrão	3,6
Trabalhador por conta própria	37,5
Trabalhador por conta de outrem	59,0
Total	100,0
Profissão principal	
Directores de empresas e Quadros Superiores da Administração Pública	3,6
Docentes do Ensino Básico e Secundário	1,8
Técnicos de Formação Profissional	9,1
Técnicos de Recursos Humanos	5,5
Sociólogos	67,3
Outros Especialistas das Profissões Científicas e Técnicos	5,5
Profissionais Intermédios de Administração e Gestão	1,8
Pessoal dos Serviços	5,5
Total	100,0
Posição hierárquica	
Gestor ou Director	5,7
Quadro Superior	41,5
Quadro Médio	20,8
Chefia Intermédia	1,9
Profissional Qualificado	30,2
Total	100,0
Vínculo contratual	
Contrato permanente	8,9
Contrato a termo certo	46,4
Prestação de serviços	37,5
Sem contrato	1,8
Outra situação	5,4
Total	100,0

(n = 56)

Em termos da posição hierárquica, constata-se que a maioria dos licenciados se situa ao nível de quadro superior, o que é consequência, da estrutura profissional que os mesmos apresentavam. Entretanto, apenas 8,9% da população teve uma relação contratual estável e segura no seu primeiro emprego regular. A precariedade contratual caracteriza fortemente o primeiro emprego dos licenciados em sociologia: 83,9% (no estudo anterior obteve-se um valor aproximado – 76,5% (Gonçalves, Parente, Veloso, 2001: 52). Esta é uma característica pesada do emprego dos jovens como igualmente é demonstrado em análises mais recentes (Inofor, 2000; Odes, 2001; Pais, 2001; Marques, 2002; Martins et al, 2002; Sousa, 2003). Para os jovens em geral, e em particular para os diplomados, o início da sua actividade profissional é um período marcado pela insegurança e pela incerteza face ao futuro.

Observando mais pormenorizadamente os licenciados que se encontram numa situação de precariedade (Quadro 14), concluímos o seguinte: no caso dos contratados a termo certo, predominavam os sociólogos que trabalhavam em empresas industriais e de serviços, instituições privadas de solidariedade social e na administração pública local; nos falsos independentes ou assalariados ocultos – 61,9% do total dos que detinham um contrato de prestação de serviços – encontramos a mesma situação maioritária quanto à profissão, enquanto nos tipos de organização tinham um maior peso as empresas privadas e a administração pública local. É igualmente relevante ter presente que 69,3% dos assalariados ocultos exercem a sua actividade em organizações da administração pública, o que só vem ao encontro do papel de sustentação da precariedade laboral que o Estado tem na actual sociedade portuguesa.

Quadro 14
Profissão e tipo de organização dos inquiridos em situação laboral precária no primeiro emprego (%)

	Contrato a termo certo	Assalariamento oculto
Profissão principal		
Directores de Empresas e Quadros Superiores da Administração Pública	5,0	-
Docentes do Ensino Básico e Secundário	5,0	-
Técnicos de Formação Profissional	10,0	-
Técnicos de Recursos Humanos	10,0	-
Sociólogos	55,0	84,6
Outros Especialistas das Profissões Científicas e Técnicas	5,0	7,7
Profissionais Intermédios de Administração e Gestão	-	7,7
Pessoal dos Serviços	10,0	-
Total	100,0 (n= 20)	100,0 (n= 13)
Tipo de organização		
Universidade Pública	4,8	15,4
Ensino Secundário, Profissional e Básico	9,5	-
Centros de Investigação	-	15,4
Empresas Industriais e de Serviços	28,5	23,1
Administração Central	4,8	15,4
Administração Regional	9,5	-
Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	14,3	23,1
Instituições Particulares de Solidariedade Social	14,3	7,6
Associações de Desenvolvimento	9,5	-
Outras	4,8	-
Total	100,0 (n= 21)	100,0 (n= 13)

A educação e a saúde e acção social emergem como os sectores mais representativos onde se inseriam os licenciados em sociologia no seu primeiro emprego. Quanto ao tipo de organização, as empresas industriais e de serviços tinham uma posição importante, seguidas pelas Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia e Instituições Particulares de Solidariedade Social. Face aos dados apresentados, duas notas são de salientar: apesar da concentração que se verifica em alguns sectores de actividade e tipos de organização, subsiste em cada conjunto uma certa diversidade – já patente no estudo anterior (Gonçalves, Parente, Veloso, 2001: 55) - que poderá apontar para uma ampla receptividade do mercado de trabalho aos licenciados em sociologia, consequência predominante de uma procura, pelos empregadores, dos conhecimentos e competências possuídos por aqueles; igualmente podemos concluir pelo forte papel que o Estado tem como empregador de sociólogos.

Quadro 15
Sector de actividade, tipo e dimensão das organizações do primeiro emprego (%)

Sector de actividade	
Indústrias Transformadoras	2,7
Comércio, Transportes, Correios e Telecomunicações	5,4
Intermediação Financeira e Seguros	2,7
Investigação e Desenvolvimento	13,5
Administração Pública	18,9
Educação	24,3
Saúde e Acção Social	21,6
Outras Actividades de Serviços	8,2
Alojamento e restauração	2,7
Total	100,0
(n= 37)	
Tipo de organização	
Universidade Pública	10,9
Ensino Secundário Profissional e Básico	3,6
Centros de Investigação	7,3
Empresas Industriais e de Serviços	27,3
Administração Central	5,5
Administração Regional	3,6
Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	18,2
Instituições Particulares de Solidariedade Social	14,5
Associações de Desenvolvimento	5,5
Outras	3,6
Total	100,0
(n= 55)	
Dimensão da organização	
menos de 20 trabalhadores	38,5
20 a 99 trabalhadores	35,8
100 a 199 trabalhadores	7,7
200 a 499 trabalhadores	10,3
500 e mais	7,7
Total	100,0
(n= 39)	

Para a maioria, a sua formação académica em sociologia era compatível com a função que desempenhava. Razões diferentes são apontadas para isso: destaca-se os que elegem os conhecimentos sociológicos e relacionais como fundamentais para a actividade laboral.

Quadro 16
Razões apontadas sobre a compatibilidade entre a formação académica e a função desempenhada no primeiro emprego (%)

Sim, conhecimentos sociológicos e relacionais necessários para a execução da função	80,9
Sim, fornecimento de instrumentos para actuação na área da gestão dos recursos humanos	6,4
Não, os conhecimentos académicos são insuficientes	2,1
Não, formação académica diferente do conteúdo da função	10,6
Total	100,0

(n= 47)

Afigura-se-nos que tal valor é fortemente expressivo de uma estrita relação entre o curso e a profissão e, por sua vez, um dos indicadores de estarmos perante empregos cujo espaço de actuação qualifica os sujeitos, na medida em que lhes possibilita e exige o accionamento dos conhecimentos da sua área de formação académica. Aspecto este que tínhamos já salientado face aos resultados obtidos no estudo anterior (Gonçalves, Parente, Veloso, 2001: 67).

3. Mobilidades profissionais e desemprego

Observados que foram as situações profissionais dos licenciados à data da aplicação do inquérito (Maio de 2003) e em referência ao seu primeiro emprego, passamos neste ponto a uma análise dos fluxos de mobilidade profissional que existiram entre esses dois momentos da transição ao trabalho dos nossos inquiridos, introduzindo igualmente dados sobre o desemprego. Defendemos, no nosso texto anterior (Gonçalves, Parente, Veloso, 2001: 73), a opção por este caminho analítico, ao qual se encontra subjacente, em termos teóricos, o conceito de trajectória profissional.

Uma parcela maioritária da totalidade dos inquiridos (56,9%) teve, no decurso da sua transição ao trabalho, dois ou mais empregos. Só 43,1% se manteve numa situação de estabilização com um único emprego (Quadro 17). Podemos constatar que num limitado arco temporal um número apreciável de

sujeitos apresenta uma importante rotação entre empregos. Para alguns desses sujeitos, o período de antiguidade laboral nas organizações onde se inseriam foi necessariamente curto. Facto este que é ilustrativo da natureza transitória e conjuntural dos empregos, bem como expressão, em alguns casos, das práticas de flexibilidade e de precariedade contratual da mão-de-obra. Genericamente, subsistem processos de mobilidade entre diferentes empregos (diferentes muitas vezes em termos da natureza contratual), entrecortados, por períodos mais ou menos longos, de desemprego ou de estacionamento na formação profissional.

Quadro 17
Número de empregos por tempo de permanência como empregado (%)

	Inferior ou igual a 1 ano	Superior a 1 ano e inferior ou igual a 2 anos	Superior a 2 anos e inferior ou igual a 3 anos	Superior a 3 anos e inferior ou igual a 4 anos	Superior a 4 anos	Total
1 emprego	100,0	50,0	30,0	19,0	38,9	43,1
2 empregos	-	25,0	40,0	38,1	22,2	26,4
Mais de 2 empregos	-	25,0	30,0	42,9	38,9	30,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(n= 11) (n= 12) (n= 10) (n= 21) (n= 18) (n=72)

As diversas formas de abandono do primeiro e segundo empregos dos inquiridos permitem-nos uma primeira aproximação indirecta aos factores subjacentes à mobilidade apontada. Para ambos os empregos predomina a rescisão pelo próprio do seu vínculo contratual, o que poderá ser fortemente indicativo de uma não satisfação com as condições de trabalho (salariais, contratuais, qualificacionais, entre outras). Todavia, no segundo emprego, o peso da cessação do contrato a termo certo é bastante expressivo, indiciando, mais uma vez, a insegurança laboral de uma parcela dos licenciados em sociologia.

Quadro 18
Formas de abandono do primeiro e segundo empregos (%)

	1º emprego	2º emprego
Cessaçã do contrato a termo certo	21,4	35,7
Despedimento	3,6	7,1
Rescisão contratual pelo inquirido	67,9	42,9
Outra situação	7,1	14,3
Total	100,0	100,0

(n= 28) (n= 14)

Se observarmos a mobilidade qualificacional, concluímos que existe uma polarização entre fluxos ascensionais e fluxos horizontais. Do primeiro emprego para o emprego actual, 44,7% dos inquiridos mantiveram a sua posição na hierarquia das qualificações, enquanto 39,5% subiram nessa mesma hierarquia. Consta-se também uma estabilização na mobilidade organizacional: os mais importantes fluxos ocorreram no interior de organizações públicas ou privadas. De modo idêntico aos resultados do estudo anterior, as transferências do público para o privado assumem relevância (Gonçalves, Parente, Veloso, 2001: 76). Provavelmente, a par das dinâmicas de uma maior oferta de emprego para os licenciados em sociologia por parte dos organismos do Estado comparativamente ao privado, a estabilidade em termos contratuais, as possibilidades de progredir numa carreira profissional, o benefício de obter maiores recompensas materiais e simbólicas são aspectos que induziram esse fluxo.

Quadro 19
Mobilidade qualificacional e organizacional entre o primeiro emprego e o emprego à data do inquérito (%)

Mobilidade Qualificacional	
Ascendente	39,5
Descendente	15,8
Horizontal	44,7
Total	100,0
(n= 38)	
Mobilidade Organizacional	
Público - Privado	14,6
Privado - Público	22,0
Público - Público	26,8
Privado - Privado	36,6
Total	100,0
(n= 41)	

Como se pode observar no quadro seguinte, o fluxo entre o primeiro emprego e o emprego à data do inquérito materializou-se para alguns dos inquiridos num acréscimo da sua segurança contratual no mercado de trabalho. Genericamente, assistimos a um processo em que se detecta um movimento de deslocação de uma posição de forte precariedade, consubstanciada na prestação de serviços, para a de contrato a termo certo e desta para o contrato sem termo.

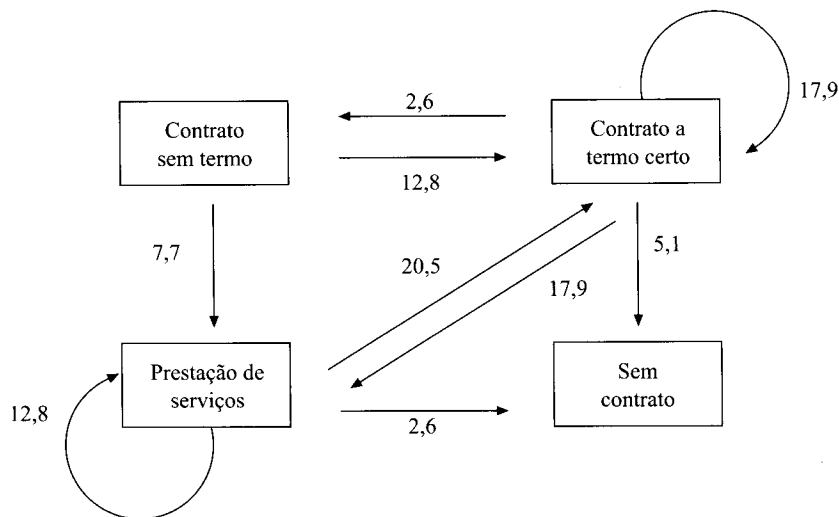
Quadro 20
Natureza do vínculo contratual para o primeiro emprego
e o emprego à data do inquérito (%)

	1º emprego	Emprego à data do inquérito
Contrato sem termo	2,6	20,5
Contrato a termo certo	48,8	46,1
Prestação de serviços	43,6	30,7
Sem contrato	5,0	2,6
Total	100,0	100,0

(n= 39)

Se aquele movimento representa uma melhoria da qualidade do emprego (resultado idêntico é apontado no estudo anterior), o mesmo expressa bem o modo como se desenrola, hoje em dia, a transição ao trabalho dos mais jovens. Degrau a degrau, até que uma segurança contratual caracteriza essa transição, não para todos mas para alguns. Por sua vez, quando consideramos, de modo mais fino, os fluxos individuais, em termos de mobilidade contratual entre o primeiro e o emprego à data do inquérito, estas conclusões devem ser necessariamente aprofundadas.

Gráfico 1
Mobilidade contratual (%)



(n= 31)

Da diversidade de fluxos representados graficamente, destacamos o seguinte: a passagem do regime de prestação de serviços para o de contrato a termo certo é o percurso mais representativo ao nível da população que protagonizou um processo de mobilidade no mercado de trabalho; por sua vez, ganha destaque quantitativo o percurso inverso, que provavelmente é um forte indicador da sujeição dos indivíduos às contingências do tipo de perfil da oferta de emprego, marcado pela precariedade²³; a manutenção da natureza do vínculo contratual por uma parte da população (prestação de serviços com 12,8% e contratos a termo certo com 17,9%); a segurança contratual foi alcançada por 20,5% dos inquiridos. Do conjunto de inquiridos, 23,1% passaram de uma situação de um vínculo de maior precariedade contratual para outro de menor ou mesmo ausência da mesma. Destaca-se ainda o facto de se configurar fluxos de mobilidade para uma situação de ausência de contrato, o que esteve ausente do estudo anterior.

Uma expressiva maioria da totalidade dos licenciados inquiridos (75,6%) vivenciaram, por períodos temporais diferentes, ou ainda vivenciam, à data de aplicação do inquérito, uma situação de desemprego de inserção. Tal dado necessita de ser complementado com o desemprego que abrangeu o segmento específico da nossa população que teve mais de um emprego, ao longo da sua transição ao trabalho.

Quadro 21
Número de vezes que esteve no desemprego por tempo de permanência no mercado de trabalho (%)

	Inferior ou igual a 1 ano	Superior a 1 ano e inferior ou igual a 2 anos	Superior a 2 anos e inferior ou igual a 3 anos	Superior a 3 anos e inferior ou igual a 4 anos	Superior a 4 anos	Total
1 vez	40,0	40,0	22,2	25,0	15,4	27,6
2 vezes	10,0	10,0	22,2	12,5	7,7	12,0
Nunca esteve desempregado	50,0	50,0	55,6	62,5	76,9	60,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(n= 58)

Importa realçar que predominam aqueles que nunca estiveram desempregados (60,4%). Aspecto positivo, que não deve relegar para um plano secundário o volume dos que já passaram, num período de tempo limitado, por uma

²³ Em reforço dessa tese está precisamente o facto de 67% do total daqueles inquiridos serem assalariados ocultos.

ou duas situações de desemprego ao longo da sua transição ao trabalho. Se isto consubstancia uma vulnerabilidade de alguns dos inquiridos, também reflecte a importante rotação entre emprego e desemprego. Retomamos o que afirmamos antes: para uma parcela dos licenciados em sociologia a sua transição ao trabalho vem sendo caracterizada por processos de mobilidade entre diferentes empregos (flexíveis e precários) entrecortados, por períodos mais ou menos longos, com o desemprego ou o estacionamento na formação profissional.

4. Posicionamentos dos licenciados face à sociologia e à profissão de sociólogo

Neste último ponto do artigo, iremos abordar aspectos relativos à avaliação que os licenciados fazem da sua formação universitária em sociologia, bem como os modos como se relacionam com a sociologia, enquanto ciência e actividade profissional.

Quando confrontados com a solicitação de avaliarem a sua formação académica, através de diversos parâmetros, a maioria da nossa população apresenta globalmente uma posição de satisfação (Quadro 22). Posição fortemente positiva em relação aos "conhecimentos teóricos e metodológicos", "desenvolvimento e enriquecimento pessoais" e "competências relacionais", o que não se pode afirmar para os restantes itens – "competências profissionais" e "adequação às exigências do mercado de trabalho". Se tivermos em conta aquilo que são os princípios científico-pedagógicos e os objectivos das universidades, no nosso país, tal avaliação não surpreende. Uma natureza de cunho profissionalizante, padronizada face às necessidades qualificacionais, de carácter conjuntural, do mercado de trabalho iria completamente ao arripio dos padrões de funcionamento da universidade.

Quadro 22
Avaliação da formação académica (%)

	Conhecimentos teóricos e metodológicos	Competências profissionais	Desenvolvimento e enriquecimentos pessoais	Competências profissionais	Adequação às exigências do mercado de trabalho
Má	-	-	2,3	2,3	6,9
Medíocre	1,2	11,8	1,2	3,6	23,0
Suficiente	17,0	34,1	14,9	26,7	44,8
Boa	60,2	48,2	47,1	40,7	23,0
Muito Boa	21,6	5,9	34,5	26,7	2,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(n= 87)

Tomando por referência temporal o último emprego dos inquiridos, conclui-se que somente 37,9% aponta para a imprescindibilidade da sua função profissional ser desempenhada por licenciados em sociologia (especificidade dos conhecimentos sociológicos necessários). Para os restantes essa exclusividade não existe. Das razões aduzidas ressaltam as categorizadas no item em que as funções podem ser executadas por quem possui conhecimentos da área das ciências sociais em geral. A par disto, ainda é relevante os que apontam para a não necessidade dos conhecimentos sociológicos ou mesmo para os que reconhecem que uma outra formação, sem ser a de sociologia, seria a mais adequada. As formações académicas em psicologia, serviço social, gestão de recursos humanos são as mais indicadas pelos inquiridos como intermutáveis com a de sociologia.

Quadro 23
Razões apontadas sobre a possibilidade da função desempenhada pelo inquirido poder ser exercida por outro licenciado de formação académica diferente (%)

Sim, conhecimentos especificamente sociológicos desnecessário	17,2
Sim, conhecimentos necessários alargados às ciências sociais em geral	32,8
Sim, outras formações académicas são mais adequadas	10,4
Sim, funções desempenhadas não exigem formação superior	1,7
Não, especificidade dos conhecimentos sociológicos necessários	37,9
Total	100,0

(n= 58)

Os resultados apresentados vão de encontro aos obtidos no nosso estudo anterior. Como então defendemos, vários factores, relacionados entre si, concorrem para a intermutabilidade entre formações académicas (Gonçalves, Parente, Veloso, 2001: 80). Encontramos um primeiro grupo de factores decorrente da evolução que a sociologia, como profissão e ciência, teve no nosso país desde 1974 – juventude do processo de profissionalização da profissão de sociólogo comparativamente a outras profissões mais instituídas; não reconhecimento amplo pelas entidades empregadoras dos conhecimentos teórico-metodológicos, das competências profissionais e das formas de intervenção fundamentada dos sociólogos; consolidação dos papéis profissionais e da participação dos sociólogos, como especialistas qualificados, em novas áreas de intervenção profissional. Um segundo grupo de factores decorre das dinâmicas do mercado de trabalho, das reconfigurações ao nível das organizações e do perfil de conhecimentos e competências profissionais – quebra da monopolização de uma determinada actividade profissional por uma forma-

ção académica específica²⁴, o que está fortemente relacionado com o grau de complexificação das estruturas hierárquica e funcional das mesmas; a natureza difusa, plurifacetada, e contingencial das dimensões sócio-cultural e económica (objecto genérico do interesse dos titulados no âmbito das ciências sociais e humanas, em especial dos sociólogos) torna possível a indistinta mobilização profissional de sujeitos com formações naquele âmbito; a centralidade que algumas profissões têm nas organizações possibilita-lhes ocuparem as áreas funcionais emergentes; as estratégias expansionistas por parte de grupos profissionais de conquista de novas áreas de intervenção; a dimensão das organizações e os seus objectivos.

A intermutabilidade entre a formação académica em sociologia e outras funções no desempenho de determinados papéis profissionais deve ser considerada como um aspecto a reter para a empregabilidade e profissionalização dos sociólogos. Todavia, essa intermutabilidade, desde que usada unicamente de modo expedito, pode impedir um aprofundamento e uma maior visibilidade social dos sociólogos, em particular em contextos de trabalho em que os seus conhecimentos e competências lhes conferem uma prioridade de acção em detrimento de outras formações académicas.

Constatamos que presentemente existe um número crescente de textos de reflexão e de apresentação de resultados de investigações empíricas sobre a sociologia como profissão, em termos nacionais e internacionais. Globalmente, podemos sistematizar tal produção em grandes linhas de investigação, que mantêm entre si profundas relações de continuidade e de sobreposição. Uma primeira que gira em torno da análise dos perfis das actividades laborais dos sociólogos, dos modos como mobilizam para essas actividades os conhecimentos teórico-metodológicos da disciplina, como *corpus* científico estruturado, dos princípios teórico-metodológicos e das configurações das suas intervenções em contextos organizacionais diversos, dos relacionamentos com outros profissionais, dos processos de construção da identidade profissional de sociólogo, das relações entre formação académica e práticas profissionais²⁵. Uma outra linha de investigação aborda os processos de pro-

²⁴ Sublinhe-se que a monopolização de um campo profissional pelos sujeitos detentores de uma formação académica específica existe no nosso país para as denominadas profissões regulamentadas.

²⁵ Estão, entre outros, os seguintes trabalhos: Chenal (1987); Ribeiro (1994); Legrand et al (1995); Piriou, (1999 e 2000); Sainsaulieu (1995 e 1990); Legrand, Vrancken (1997 e 2004); Vrancken (2004); Muselle, (2004); Legrand (2004); Bretagne (2004); APS (1990); Banha (1999); Carreiras et al (1999); Legrand (2001); Uhalde (Dir) (2001). Encontramos em Vrancken e Kutty (Éds) (2001) um conjunto importante de textos sobre o tema genérico da sociologia e a interven-

fissionalização dos sociólogos, a partir de diferentes referentes nacionais²⁶. Uma última toma uma natureza mais abrangente, problematizando os processos de reconhecimento da sociologia (questionando, especificamente, os limites e virtualidades da reflexividade sociológica), a denominada utilidade social da sociologia, na qualidade de ciência, mas também de profissão, as formas que assume a procura dos conhecimentos sociológicos, os modos de implicação social e política dos sociólogos²⁷.

Tendo por pano de fundo aquelas linhas de investigação, no presente texto iremos situarmo-nos no aspecto da orientação dos inquiridos face à profissão de sociólogo. Quando questionados directamente sobre essa orientação, a maioria (51,8%) define-se profissionalmente como sociólogo²⁸. Retomando aqui a grelha de tipos de identificação usada no estudo anterior (Gonçalves, Parente, Veloso, 2001: 84)²⁹, e construída a partir do trabalho de Piriou (1999), verificamos que daqueles, 64,4% se reconhecem pelos conhecimentos sociológicos e 35,6% pela função que desempenham laboralmente. Diferentemente do que foi apontado no estudo anterior não existem licenciados que se reconheçam através do título académico.

Cada tipo encerra em si uma lógica de argumentação que aponta para uma forma de identificação com a profissão de sociólogo e que se caracteriza pela regularidade de propriedades específicas dos respectivos licenciados (Quadro 24)³⁰. O primeiro tipo gira em torno do uso nas actividades profissionais dos conhecimentos teórico-metodológicos da sociologia. O conhecimento sociológico como elemento identificador possibilita-nos concluir que é uma população com uma concepção do papel do sociólogo fundamentalmente como cientista social. Predomina a profissão de sociólogo, o assalariamento e a precariedade contratual. As suas inserções profissionais mais relevantes aconte-

ção. Para uma recolha mais pormenorizada de textos sobre a profissão em Portugal, consulte-se Costa (1996).

²⁶ Veja-se: Dubar (2002); Machado (1996); Mendras (1995).

²⁷ Veja-se: Sainsaulieu et al., (1987); Giddens, (1987); Statera, Agnoli (Org.), (1985); Durand, Weil, (1993); Singly (2002); Lahire (2002); Castel (2002); Grignon (2002); Johsua (2002); Corcuff (2002).

²⁸ Para esta análise foram unicamente consideradas as respostas que integravam uma justificação à pergunta se se reconheciam profissionalmente como sociólogos. Tal teve como consequência que o número de respostas analisadas fosse inferior ao total das respostas afirmativas (59,1%) do total da nossa população.

²⁹ Por razões de economia de texto, remetemos os leitores para as considerações sobre o assunto expressas no nosso estudo anterior.

³⁰ Para uma consulta mais ampla da caracterização de cada um dos tipos veja-se o nosso estudo anterior.

cem nas Câmaras Municipais e nas Juntas de Freguesia, bem como nas Instituições Particulares de Solidariedade Social. Concentram-se nas áreas de actuação profissional de gestão dos recursos humanos e da formação profissional, de programas e projectos de intervenção social, investigação científica e docência. Por sua vez, assumem plenamente a compatibilidade entre a sua formação académica e a função que desempenham.

Quadro 24
Tipos de identificação com a sociologia (%)

	Pelos conhecimentos sociológicos	Pela função
Ano de licenciatura		
1997/1998	32,1	18,8
1998/1999	28,6	12,4
1999/2000	10,7	25,0
2000/2001	14,3	25,0
2001/2002	14,3	18,8
Total	100,0	100,0
Profissão principal à data do inquérito		
Directores de Empresas e Quadros Superiores da Administração Pública	3,7	-
Docentes do Ensino Superior	7,4	-
Docentes do Ensino Básico e Secundário	7,4	-
Técnicos de Formação Profissional	7,4	6,3
Técnicos de Recursos Humanos	3,7	-
Sociólogos	59,3	93,7
Outros Especialistas das Profissões Científicas e Técnicas	11,1	-
Total	100,0	100,0
Situação na profissão		
Trabalhador por conta própria	33,3	18,8
Trabalhador por conta de outrem	66,7	81,2
Total	100,0	100,0
Vínculo contratual		
Contrato permanente	15,4	12,5
Contrato a termo certo	46,1	50,1
Prestação de serviços	34,6	18,7
Sem contrato	3,9	-
Outra situação	-	18,7
Total	100,0	100,0
Estatuto jurídico da organização		
Universidade Pública	11,1	12,5
Universidade Privada	3,7	-
Politécnico Público	3,7	-
Ensino Secundário, Profissional e Básico	3,7	-
Centros de Investigação	3,7	6,2
Empresas Industriais e de Serviços	11,1	6,2
Administração Central	-	6,2
Administração Regional	-	6,2
Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	33,3	25,1
Instituições Particulares de Solidariedade Social	18,6	18,8

Quadro 24 (cont.)
Tipos de identificação com a sociologia (%)

Outras	11,1	18,8
Total	100,0	100,0
Áreas de actuação profissional		
Desenvolvimento e intervenção regional e local	11,1	-
Administrativas e comerciais	3,7	-
Gestão dos recursos humanos e da formação profissional	14,8	13,3
Programas e projectos de intervenção social	29,6	33,3
Investigação científica	11,1	20,0
Docência	14,8	6,7
Orientação sócio-profissional	3,7	6,7
Direcção	3,7	13,3
Sondagens e estudos de mercado	3,7	-
Animação cultural	3,7	-
Consultoria	-	6,7
Total	100,0	100,0
Compatibilidade entre a formação académica e a função que ocupava no emprego actual		
Sim	96,3	100,0
Não	3,7	-
Total	100,0	100,0

(n=44)

O segundo tipo de identificação alicerça-se na função ocupada pelo inquirido. O reconhecimento decorre do próprio exercício das funções (por exemplo, de investigação, de docência ou de especialista técnico) que confere a titulação de sociólogos. As fronteiras entre este tipo e o primeiro não são completamente nítidas, de certo modo os dois tipos se entrecruzam. Em termos de traços principais destacam-se: a profissão de sociólogos; o assalariamento; a precariedade contratual; a inserção em Câmaras Municipais e nas Juntas de Freguesia, em Instituições Particulares de Solidariedade Social e em universidades; as funções de Gestão dos recursos humanos e da formação profissional, de programas e projectos de intervenção social; investigação científica e direcção das organizações. A compatibilidade entre a sua formação académica e a função que desempenham é plena.

Uma parcela ainda significativa dos licenciados em sociologia não se define como sociólogo (32,9%). Definem-se sim pela designação profissional que consideram identificar socialmente a sua actividade laboral. São situações em que subsiste por parte dos inquiridos uma separação entre a sua formação académica em sociologia e a profissão que detêm. Provavelmente para alguns deles essa formação serviu de base a partir da qual se ajustaram a um determinado perfil profissional. Perfil que funciona como referência única para a sua actual auto-identificação profissional.

Exemplificativo da complexidade que se encontra subjacente aos actos de identificação, não só accionados pelo próprio sujeito mas igualmente pelos outros em relação a ele, estão as situações em que para as mesmas funções laborais alguns dos inquiridos se definem de sociólogos (como vimos para o caso dos que se definem como sociólogos) e outros não. Entre outros factores que concorrem para este último posicionamento dos inquiridos destacamos dois. O primeiro decorre do uso como padrão de categorização profissional de uma definição de sociólogo que inclui unicamente as tarefas de investigação científica e de docência no ensino superior. É uma definição restrita, presente ainda no quadro da sociologia em Portugal, vincadamente elitista e académica que rejeita que a profissionalização integre igualmente papéis profissionais de intervenção sociológica fundamentada em diferentes contextos organizacionais³¹. O segundo passa pela mobilização pelos sujeitos de um título profissional considerado mais distintivo e qualificativo no mercado de trabalho comparativamente ao de sociólogo, e que traduz, na opinião deles, o perfil de tarefas laborais desempenhadas: as condições objectivas que enformam as práticas profissionais de uma parcela destes licenciados contribuem para que não se identifiquem com a profissão de sociólogo.

Considerações finais

Os licenciados em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no período que medeia entre os anos de 1997/98 e 2001/02, enquadram-se numa das tendências mais gerais do mercado de trabalho em Portugal: o acesso a empregos marcados pela precariedade, o que tem subjacente a lógica crescente de flexibilização quantitativa dos recursos humanos. Este traço, se caracterizava a população licenciada nos anos lectivos de 1988/89 a 1996/97 (Gonçalves, Parente, Veloso, 2001), vem agora a acentuar-se de uma forma mais vincada. Vários factores explicativos podem ser apontados, dos quais destacamos, em particular, dois. O primeiro é relativo às dificuldades globais de acesso ao emprego em Portugal, que se tornaram mais notórias a partir de 2001, com o acréscimo do desemprego e da precariedade dos licenciados em sociologia, o que é igualmente verificável para outras formações académicas. Este sai reforçado se tivermos em conta que verificamos

³¹ O texto de Costa (1990) apresenta uma importante análise que rebate apropriadamente aquela tese.

um valor mais significativo de desempregados face aos resultados do estudo anterior. Persiste e acentuam-se, deste modo, os casos de desemprego de inserção. O segundo diz respeito à expansão notória da oferta institucional de ensino em sociologia, que passam de oito cursos em 1990/91 para dezasseis em 2003/04, o que tem contribuído para um acréscimo significativo de licenciados na área disciplinar. Paralelamente, constatamos que persiste um significativo conjunto de licenciados em situação de assalariamento oculto, o que reforça o traço estrutural de precariedade que caracteriza o mercado de trabalho. Subsistem, deste modo, maiores dificuldades à inserção laboral das gerações mais recentes de licenciados em sociologia.

Do ponto de vista dos processos de mobilidade, retomamos o que afirmamos no estudo anterior, isto é, de que para uma parcela dos licenciados em sociologia a sua transição ao trabalho vem sendo caracterizada por processos de mobilidade entre diferentes empregos (substancialmente marcados por traços de precariedade), entrecortados, por períodos mais ou menos longos, de desemprego ou de frequência de cursos de formação profissional. A instabilidade da trajectória profissional decorre igualmente do facto de trabalharem em organizações dependentes de financiamentos públicos, no âmbito dos Quadros Comunitários da União Europeia, em que não tem sido possível colocar em prática a sustentabilidade do emprego.

A precariedade de carácter contratual (em particular) que marca a transição e integração dos licenciados no mercado de trabalho não tem como corolário um processo de desqualificação. Na realidade, a maioria dos licenciados exerce a profissão principal de sociólogo, o que atesta a valorização da formação universitária em sociologia como qualificativo para o emprego. Para além desta incidência, ganha destaque o desempenho de papéis diversos de intervenção sociológica fundamentada, nomeadamente como técnicos em projectos de luta contra a pobreza e exclusão social, de reinserção social, bem como técnicos de gestão da formação profissional e de recursos humanos, diferença significativa relativamente à investigação anterior, em que se destaca o exercício profissional enquanto docentes do ensino superior. De facto, verifica-se uma redução significativa da procura de licenciados para o exercício deste último papel profissional, por força da não necessidade de contratação por parte das respectivas instituições.

Os licenciados consideram que a formação frequentada é compatível com as funções desempenhadas, sendo conferido destaque aos conhecimentos especificamente sociológicos e relacionais, o que nos permite concluir da potencial aplicabilidade dos recursos adquiridos durante o período de formação.

Terminámos o artigo anterior (Gonçalves, Parente, Veloso, 2001: 90) com a afirmação de que "o acréscimo qualitativo da profissionalidade dos que se reconhecem como sociólogos passa precisamente pela sedimentação continuada desses traços identitários", isto é, pela identificação, por via dos conhecimentos sociológicos, das funções desempenhadas e do título académico. De facto, concluímos que prevalecem os dois primeiros domínios, mas a identificação pela titularidade formal está ausente. Podemos assim afirmar que a sedimentação referida se verifica de forma mais significativa por via substantiva, isto é, da aplicabilidade dos conhecimentos e da prática profissional e não tanto por intermédio das classificações formais, o que atesta a secundarização, do ponto de vista identitário, dos processos de classificação social que caracteriza o campo social das profissões.

Bibliografia

- ALALUF, Matéo et al (1987), *Scènes de chasse à l'emploi*, Bruxelles, Université de Bruxelles.
- ALMEIDA, João et al (2003), *Diversidade na Universidade*, Oeiras, Celta.
- ALMEIDA, João, COSTA, António e MACHADO, Luís (1994), "Recomposição social e novos protagonismos", in António Reis (Org.), *Portugal - 20 anos de democracia*, Lisboa, Círculo dos Leitores.
- ALVES, Mariana (1998), "Inserção na vida activa de licenciados: a construção de identidades sociais e profissionais", in *Sociologia-Problemas e Práticas*, nº 26, pp. 131-147.
- ALVES, Natália (2000), *Trajectórias académicas e de inserção profissional dos licenciados (1994-1998)*, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- APS (1990), *Experiências e papéis profissionais de sociólogos*, Lisboa, APS.
- APS (2004), *Boletim Informativo*, Abril.
- ARROTEIA, Jorge e MARTINS, António (1998), *Inserção Profissional dos diplomados pela Universidade de Aveiro*, Aveiro, UA.
- BANHA, Rui (1999), "O exercício da sociologia no contexto do poder local em Portugal", in Helena Carreiras et al, *Profissão sociólogo*, Oeiras, Celta, pp. 45-52.
- BARRETO, António (1996), *A situação social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, ICS.
- BOLTANSKI, Luc e CHIAPPELLO, Ève (1999), *Le nouvel esprit du capitalisme*, Paris, Gallimar.
- CARREIRAS, Helena et al (1999), *Profissão sociólogo*, Oeiras, Celta.
- CASTEL, Robert (2002), La sociologie et la réponse à la demande sociale, in Bernard Lahire (Dir.), *À quoi sert la sociologie*, Paris, La Découverte, pp. 67-78.
- CHARLOT, Bernard e GLASMAN Dominique (1999), *Les jeunes, l'insertion, l'emploi*, Paris, PUF.
- CHENAL, Odile et al (1987), *L'exercice professionnel de la sociologie*, Paris, CNRS-IRESO.

CORCUFF, Philippe (2002), Sociologie et engagement: nouvelles pistes épistémologiques dans l'après-1995, in Bernard Lahire (Dir.), *À quoi sert la sociologie*, Paris, La Découverte, pp. 155-174.

COSTA, António Firmino (1990), "Cultura profissional dos sociólogos", in APS, *A sociologia e a sociedade portuguesa na viragem do século - Actas do I Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Fragmentos, pp. 25-40.

COSTA, António Firmino (1996), "Bibliografia: sobre o campo da sociologia e as práticas sociológicas em Portugal", in *Sociologia-Problemas e Práticas*, nº 20, pp. 171-178.

COUPPIÉ, Thomas e MANSUY, Michèle (2000), *La place des débutants sur les marchés du travail européens, Céreq-Bref*, nº 164.

COUTROT, Laurence e DUBAR, Claude (Org.) (1992), *Cheminements professionnels et mobilités sociales*, Paris, La Documentation Française.

DUBAR, Calude (2002), Les tentatives de professionnalisation des études de sociologie: un bilan prospectif, in Bernard Lahire (Dir.), *À quoi sert la sociologie*, Paris, La Découverte, pp. 95-118.

DUBAR, Claude (1999), "Réflexions sociologiques sur la notion d'insertion", in Bernard Charlot e Dominique Glasman, Dominique, *Les jeunes, l'insertion, l'emploi*, Paris, PUF, pp. 29-37.

DUBOIS, Pierre e VOURCH, Ronan (2002), Le devenir professionnel des diplômés de DESS, *Formation et Emploi*, nº 79, pp. 51-65.

DURAND, Jean-Pierre e WEIL, Robert (1993), *Sociologie Contemporaine*, Paris, Vigot, 1993.

ECKERT, Henri e HANCHANE, Said (1997), "Temporalités de l'insertion professionnelle", in *Formation et Emploi*, nº 60, pp. 49-65.

GIDDENS, Anthony (1987), "What do sociologists do?" in Anthony Giddens, *Social Theory and Modern Sociology*, Cambridge, Polity Press.

GIRET, Jean-François (2000), *Pour une économie de l'insertion professionnelle des jeunes*, Paris, CNRS.

GONÇALVES, Albertino (2001), *As asas do diploma: a inserção profissional dos licenciados pela Universidade do Minho*, Braga, UM.

GONÇALVES, Carlos Manuel (1995), "O sociólogo: um estranho ao nosso lado", Noites de Sociologia do Porto - V, in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras*, vol. V, pp. 253 - 258.

GONÇALVES, Carlos Manuel, PARENTE, Cristina e VELOSO, Luísa (2001) "Licenciados em sociologia: ritmos e formas de transição ao trabalho" in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras*, vol. XI, pp. 31-94.

GRELET, Yvette e MANSUY, Michèle (2004), "De la précarité de l'emploi à celle des trajectoires: une analyse de l'insertion en évolution", in *Formation et Emploi*, nº 85, pp. 87-99.

GRIGNON, Claude (2002), "Sociologie, expertise et critique sociale", in Bernard Lahire (Dir.), *À quoi sert la sociologie*, Paris, La Découverte, pp. 119-136.

INOFOR (2000), *Inquérito-Piloto aos diplomados do ensino superior*, 1999, Lisboa, Inofor.

JOHSUA, Samuel (2002), "Science, sociologie, politique: qui expertisera les experts?", in Bernard Lahire (Dir.), *À quoi sert la sociologie*, Paris, La Découverte, pp. 155-174.

LAHIRE, Bernard (2002), "Utilité: entre sociologie expérimentale et sociologie sociale", in Bernard Lahire (Dir.), *À quoi sert la sociologie*, Paris, La Découverte, pp. 43-66.

- LEFRESNE, Florence (2003), *Les jeunes et l'emploi*, Paris, La Decouverte.
- LEGRAND, Monique et al (1995), *La sociologie et ses métiers*, Paris, L'Harmattan.
- LEGRAND, Monique (2001), "Essor de l'intervention en sociologie", in Didier Vrancken e Olgierd Kutny (Éds), *La sociologie et l'intervention*, Bruxelles, De Boeck, pp. 69-88.
- LEGRAND, Monique (2004), "L'expertise du sociologue: engagement et accompagnement du changement", in Monique Legrand e Didier Vrancken, *L'expertise du sociologue*, Paris, L'Harmattan, pp. 81-138.
- LEROY, J. (1987), *Éléments pour l'étude d'une profession de sociologue*, Paris, Iresco-Lsci.
- MACHADO, Fernando Luis (1996), "Profissionalização dos sociólogos em Portugal - contextos, recomposições e implicações", in *Sociologia-Problemas e Práticas*, nº 20.
- MARQUES, Ana Paula (2002), *Entre o diploma e o emprego: a inserção profissional de jovens engenheiros*, Braga, Dissertação de Doutoramento apresentada na Universidade do Minho.
- MARTINS, António Maria et al (2002), *Sistema de (des)emprego: trajetórias de inserção*, Aveiro, UA.
- MAURITTI, Rosário (2000), *Estudantes universitários: trajetórias sociais e expectativas de inserção profissional*, Lisboa, Dissertação de Mestrado apresentada no ISCTE.
- MAURITTI, Rosário (2003), "Caracterização e origens sociais", in ALMEIDA, João Ferreira et al (2003), *Diversidade na Universidade*, Oeiras, Celta, pp. 13-30.
- MUSELLE, Marie (2003), "Identités de sociologue et nouvelles pratiques sociologiques: de l'expertise à l'engagement", in Monique Legrand e Didier Vrancken, *L'expertise du sociologue*, Paris, L'Harmattan, pp. 63-78.
- NICOLE-DRANCOURT, Chantal (1991), *Le labyrinthe de l'insertion*, Paris, La Documentation Française.
- NICOLE-DRANCOURT, Chantal (1994), "Mesurer l'insertion professionnelle", in *Revue Française de Sociologie*, nº 35, pp. 37-68.
- NICOLE-DRANCOURT, Chantal e ROULLEAU-BERGER, Laurence (1995), *L'insertion des jeunes en France*, Paris, PUF.
- NICOLE-DRANCOURT, Chantal e ROULLEON-BERGER, Laurence (2001), *Les jeunes et le travail (1950-2000)*, Paris, PUF.
- ODES (2001), *1º inquérito de percursos aos diplomados do ensino superior – 2001*, s/local, documento policopiado.
- PAIS, José Machado (2001), *Ganchos, tachos e biscates*, Lisboa, Ambar.
- PIRIOU, Odile (1999), *La sociologie des sociologues*, Paris, ENS Editions.
- PIRIOU, Odile (2000), *Les praticiens de sociologie en entreprise*, Paris, Iresco-Lsci.
- RAFFE, David (2001), "Insertion professionnelle: quels enseignements tirer des comparaisons internationales?", *Formation et Emploi*, nº 76, pp. 51-56.
- RESENDE, José Manuel e VIEIRA, Maria Manuel, "Educação" (2003), in INE, *Portugal Social. 1991-2001*, Lisboa, INE.
- ROSE, José (1984), *Enquête de l'emploi*, Paris, Económica.

ROSE, José (1996), "L'organisation des transitions professionnelles entre socialisation, mobilisation et recomposition des rapports du travail et d'emploi", in *Sociologie du Travail*, n° 1, pp. 63-79.

ROSE, José (1998), *Les jeunes face à l'emploi*, Paris, Desclée de Brouwer.

SAINSAULIEU, Renaud (1995), "Le métier de sociologue en pratiques", in M. Legrand *et al.*, *La sociologie et ses métiers*, Paris, L'Harmattan.

SAINSAULIEU, Renaud e al. (1987), *L'Exercice professionnel de la Sociologie*. CNRS-Iresco.

SINGLY, François (2002), "La sociologie, forme particulière de conscience", in Bernard Lahire (Dir.), *À quoi sert la sociologie*, Paris, La Découverte, pp. 13-42.

SOUSA, Luís Nunes (2003), *Transição ao trabalho: interioridade, desafios ou descontinuidades*, Viseu, Dissertação de Mestrado apresentada no ISCTE.

STATERA, G. e AGNOLI, S. (Org.) (1985), *Le Professioni sociologiche in Europa e in America*, Milão, Franco Angeli.

UHALDE, Marc (Dir) (2001), *L'intervention sociologique en entreprise*, Paris, Desclée de Brouwer.

VERNIÈRES, Michel (1997), *L'insertion professionnelle*, Paris, Economica.

VINCENS, Jean (1997), "L'insertion professionnelle des jeunes: à la recherche d'une définition conventionnelle", in *Formation et Emploi*, n° 60, pp. 21-36.

VINCENS, Jean (1998), "L'insertion professionnelle des jeunes", in *Formation et Emploi*, n° 61, pp. 59-72.

VRANCKEN, Didier (2004), "Les fondements procéduraux de l'expertise sociologique", in Monique Legrand e Didier Vrancken, *L'expertise du sociologue*, Paris, L'Harmattan, pp. 19-55.

VRANCKEN, Didier e KUTY, Olgierd (Éds) (2001), *La sociologie et l'intervention*, Bruxelles, De Boeck

Licenciés en sociologie et marché de travail en transition millénium

Résumé

Réfléchir actuellement sur la sociologie au Portugal doit tenir en compte, entre d'autres aspects, les rythmes, les moyens et les conditions d'accès et permanence dans le marché de travail de ceux qui ont obtenu le titre universitaire de licencié dans cette discipline. Nous nous proposons, dans cet article, de contribuer à cette réflexion, à partir de l'analyse des processus de transition au travail de licenciés en Sociologie par la Faculdade de Letras da Universidade do Porto. En établissant un parallèle avec une étude antérieure des auteurs sur le même thème, on essaiera d'analyser, d'une manière fine, comment la professionnalité de ces licenciés est en train de se construire, spécialement de ceux qui assument la profession de sociologue.

Mots-clé

Sociologues, sociologie, transition au travail, emploi

Graduates in sociology and labour market in millennium transition

Abstract

To reflect, nowadays about the Portugals' Sociology situation implies to take into account, among other aspects, the Sociologists' rhythms, ways and conditions of transition and prevalence in the labour market. It is intended, in this article, to develop this theme with the analysis of the transition processes to the labour market by the Faculdade de Letras da Universidade do Porto graduated in Sociology. Assuming a comparative perspective with the previous study developed by the authors about the same issue, it will be analyzed the professional dimension of the referred graduates, in particular of those that identify themselves as sociologists.

Key words

Sociologists, sociology, labour market transition, employment

